



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 64

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, **Auro Moura Andrade**, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-Lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-Lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados do petróleo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicado no DCN de 27.5.67.
Republished por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, **Auro Moura Andrade**, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-Lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-Lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, alterado pelo Decreto-Lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as Promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicado no DCN de 27.5.67.
Republished por ter saído com incorreções.

ATA DA 71ª SESSÃO, EM 30 DE MAIO DE 1967

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO

As 10 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clovis Maia
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Victorino Freire
Pedro Portela
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Mancel Villaga
Argemiro de Figueiredo
José Ermirio
Teotônio Vilela
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres
Aurélio Viana
Milton Campos

Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê a seguinte

EXPEDIENTE

TELEGRAMA

Do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Senador Auro Moura Andrade
Digníssimo Presidente Senado Federal

SENADO FEDERAL

De Palácio do Governo Paraná — 1437-8.5.67 — 14.20 horas.

A Assembleia Legislativa do Paraná tem a subida honra de comunicar a Vossa Excelência a aprovação da nova Constituição do Estado do Paraná, sendo a primeira no Brasil a ser adaptada. Na oportunidade convidamos Vossa Excelência para a sessão solene de promulgação, dia 8 de maio às 20 horas, Palácio 19 de Dezembro.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informação: do Sr. Senador Clovis Maia ao Ministro dos Transportes, de nº 462; do Sr. Senador Vasconcelos Torres ao Ministro da Fazenda, de nº 463; ao Ministro da Saúde, de nº 464; ao Ministro do Trabalho, de nº 465; ao Ministro dos Transportes, de nº 466 a 471.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Há orador inscrito. Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, o progressivo crescimento industrial de um país está na dependência direta de sua capacidade de transportar os seus próprios produtos de exportação; de sua auto-suficiência no controle das vias de comunicação. Dai a ne-

cessidade de aumento de sua frota mercante, reclamado pelo nosso país.

As estatísticas demonstram que, não obstante haverem ultrapassado a fase primária que caracteriza as nações subdesenvolvidas e termos ingressado, de forma definitiva, no campo promissor da construção naval, ela carece ainda de forte impetogen de incentivo e esforço para tornar-se capaz de atender às nossas prementes necessidades.

Duplicar-se essa capacidade construtiva tem que ser, necessariamente, uma das grandes preocupações dos nossos dirigentes. Mas, não basta, como é óbvio, estender-se a rede das suntuosas empresas de construção naval, sem que se atenda, de forma prioritária, à política de incentivo à criação e manutenção das empresas de reparos navais.

A Companhia de Reparos Navais "Costeira" S. A. mercê da experiência dos seus técnicos nesse importante setor de atividades e do aparelhamento material de que dispõe, possui já uma capacidade de atendimento da atual demanda da ordem de 70 (setenta por cento) do mercado dos nossos transportes marítimos. Faz-se mister, portanto, aperfeiçoá-la, para que possa de aumentar na mesma proporção dos anseios de desenvolvimento que nos anima. Para tanto, torna-se sável a adoção de normas que, em vez de facultar, obriguem as empresas transportadoras a procederem os reparos de seus navios nos estaleiros nacionais, com o que, a par da poupança de nossas divisas, possam contribuir, de maneira afirmativa, para a continuidade de um programa de

trabalho capaz, por si só, de torná-las auto-suficientes.

A objetivação dessas medidas, complementadas com as facilidades oficiais através da importação dos elementos acessórios para cobertura das nossas necessidades, dará a essa empresa os meios indispensáveis para o competitiva, possibilitando, inclusive, a oportunidade de novos mercados de trabalho.

O plano de integração nacional do atual Governo, concebido pelo Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, será uma realidade, desde que se vise, prioritariamente, a uma programação racional desses serviços. E, não temos dúvidas, ela será cumprida da forma mais ampla.

O Coronel Mário David Andreazza, Ministro dos Transportes, através de pronunciamentos, vem dando pleno apoio à construção naval; ao revigoramento da Marinha Mercante; à restauração das linhas de navegação, através do "Plano de Integração Nacional".

Sendo o reparo a atividade indispensável ao apoio desta política, já determinada oficialmente, e tendo a "Costeira" uma capacidade de atendimento em torno de 70% (setenta por cento) do mercado brasileiro, como disse acima, isto nos leva a planejar nossas atividades para o período de 1968 — 1971, integradas na definição ministerial.

Partindo, dessa premissa, é de planejar-se nossas atividades industriais concernentes à prestação de serviços de acordo com a atual capacidade de atendimento daquela empresa, que espera do atual Governo decidido apoio, não permitindo que, em condições normais de preço e prazo procedam-se, nos estaleiros do exterior, aos reparos dos navios nacionais.

Com a adoção de tais medidas, abaixo consubstanciada, não vemos dúvida em afirmar que as empresas nacionais de reparos navais contribuirão afirmativamente para o crescimento da renda nacional, e no caso particular da "Costeira", não haverá necessidade de subvenção para o seu custeio nem para os seus investimentos normais.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo prazer.

O Sr. José Ermirio — V. Ex^a tem razão em defender os transportes marítimos fluvial e lacustre. A navegação é o meio mais barato de transportes em todo o mundo. Se colocarmos em cifras a navegação marítima representando um, o transporte aéreo é três vezes mais caro e o rodoviário oito vezes. Isto nos países civilizados. A construção naval no Brasil é de grande utilidade bem como o reparo de seus navios feitos nas grandes cidades, porque se situam na Costa com exceção de Goiânia e Brasília. Por que este País não desenvolve a sua navegação em grande escala como o fazem todos os países do mundo? V. Ex^a traz ao Plenário do Senado informação preciosa. O atual Ministro dos Transportes, que está realmente interessado em salvar a situação, precisa fazê-lo com urgência. Não podemos perder mais tempo.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Agradeço a V. Ex^a o aparte que é expressão da verdade, ditado pelo seu patriotismo de sempre ansioso por ver este país colocado no lugar que merece. E uma das medidas para alcançar este objetivo é apoiar a construção naval brasileira, os transportes marítimos, a instalação de estaleiros de reparos de navios pertencentes à nossa Pátria, para evitar seja isto feito no exterior, como no caso da Costeira, que me traz à triuna, no dia de hoje. Obrigado, eminente

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE CRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA GARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO M

Impresso nos oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Senador José Ermirio, por seu aparte,

(Retomando a leitura)

Assim, ao Sr. Ministro dos Transportes apresentamos as seguintes sugestões:

a) a criação de uma comissão mista, composta de representantes dos estaleiros credenciados, Companhias de Navegação; Comissão de Marinha Mercante e Entidades classificadoras, no sentido de obter uma programação conjunta de reparos, de modo a que os estaleiros possam aparelhar-se dentro das respectivas capacidades de atendimento, e assim oferecer o melhor dos seus serviços.

b) levantamento do mercado governamental de reparos navais através das dotações orçamentárias das Companhias usuárias.

c) facilidades de importação para os sobressalentes necessários aos reparos, através de Decreto governamental resultante do entrosamento dos Ministérios dos Transportes, Fazenda e Planejamento.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais orador inscrito. (Pausa).
Passa-se à

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (REPÚBLICA DA VENEZUELA)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 361-67, no Senado (nº de origem 419-67), de 28.4.1967, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Aginaldo Boulitreau Fragozo para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Venezuela.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (MAURITÂNIA)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 362-67 (nº de origem 422-67), de 2 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Raul Henrique Castro e Silva de Vivenzi para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Islâmica da Mauritânia.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (REPÚBLICA DO MALI)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 363-67 (nº de origem 426-67), de 2 do mês em curso, pela qual o Presidente da República subme-

te ao Senado a escolha do Diplomata Raul Henrique Castro e Silva Vivenzi para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Mali.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (PANAMÁ)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 364-67 (nº de origem 427-67), de 2 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Panamá.

Todas as matérias constantes da pauta deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Senhores Funcionários as necessárias providências nesse sentido.

(A sessão transforma-se em secreta às 11 horas e 25 minutos e volta a ser pública às 11 horas e 50 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está reaberta a sessão pública.

Não há oradores inscritos. (Pausa). Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de hoje a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PARECER Nº 280, DE 1967

Votação, em turno único, do Parecer nº 280, de 1967, da Comissão de Finanças sobre o ofício 1-67 de 31 de março de 1967, do Sr. Presidente do Conselho Monetário Nacional, encaminhando um relatório sobre a situação monetária e creditícia do País no ano de 1966. (Parecer pelo arquivamento).

2

PARECER Nº 311, DE 1967

Votação, em turno único, do Parecer nº 311, de 1967, da Comissão de Economia sobre o ofício nº 1.363, de 3 de novembro de 1966, pelo qual o Presidente do Conselho Nacional de Economia encaminha a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965. (Parecer pelo arquivamento).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1967 (nº 1-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 25.785.131,01, à Presidência da República e diversos Ministérios (projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, nº II, do Regimento Interno), dependendo de

Pronunciamento da Comissão de Finanças.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1967 (nº 2-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESCO), e à Aço de Minas Gerais S. A. (AÇOMINAS) — projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, nº III, do Regimento Interno, dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1967 (nº 4-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1967 (nº 6-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de alugueis de prédios locados às Exatarias de raias no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de epressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul, tendo parecer favorável, sob nº 303, de 1967, da Comissão de Finanças.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1967 (nº 33-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências, tendo pareceres, sob números 333 e 334, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo, favorável, com emendas que oferece de números 1 e 2 CPE; de Finanças, favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que altera o dia comemorativo de Ação de Graças, tendo pareceres favoráveis sob ns. 329 e 330, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 55 minutos).

ATA DA 72ª SESSÃO, EM 30 DE MAIO DE 1967

PRESENCIA DOS SRS.: ATTÍLIO FONTANA E GUIDO MORDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clovis Maia
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
José Ermírio
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Milton Campos
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mordin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Atílio Fontana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Há número regimental, está aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MESSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

I — Agradecimento de Comunicações referentes à aprovação de nomes escolhidos para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado:

Nº 381/67 — (Nº de origem 451/67) — de 22 do mês em curso — com referência à escolha do Sr. Oswaldo Pieruccetti para o cargo de Presidente do Conselho Superior das Cajas Econômicas Federais;

Nº 381/67 — (Nº de origem 454/67) — de 22 do mês em curso — com referência à escolha do Sr. Harry James Ocle para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação;

Nº 385/67 — (Nº de origem 455/67) — de 23 do mês em curso — com referência à escolha do Sr. Flávio Antônio Muniz para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação;

Nº 383/67 — (Nº de origem 456/67) — de 23 do mês em curso — com referência à rejeição do nome do Sr. Antônio Faustino Porto Sobrinho para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação;

Nº 387/67 — (Nº de origem 457/67) — de 23 do mês em curso — com referência à escolha do Sr. João Walter de Andrade para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação;

II — Agradecimento de comunicações referentes a Decretos Legislativos:

Nº 382/67 — (Nº de origem 452/67) — de 22 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 11/67;

Nº 383/67 — (Nº de origem 453/67) — de 22 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo 10 de 1967;

Nº 388/67 — (Nº de origem 453/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 9/67;

Nº 389/67 — (Nº de origem 459/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 15/67;

Nº 390/67 — (Nº de origem 460/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 16/67;

Nº 391/67 — (Nº de origem 461/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 14/67;

Nº 392/67 — (Nº de origem 462/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 12/67;

Nº 393/67 — (Nº de origem 463/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 13-67;

Nº 394/67 — (Nº de origem 464/67) — de 23 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 17/67.

III — Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados — (De 25 do mês em curso):

Nº 395/67 — (Nº de origem 468/67) — autógrafos do Projeto de Lei número 39/67, no Senado e nº 3.102-B de 1961, na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta cruzeiros novos), para ocorrer a despesa realizada em 1959 com a execução de Obras de construção no Instituto de Biologia Animal no km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.287, de 25 de maio de 1967);

Nº 396/67 — (Nº de origem 469/67) — autógrafos do Projeto de Lei número 45/67, no Senado e nº 1.588-B de 1963, na Casa de origem, que autoriza a doação de prédio do patrimônio da União à Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.288, de 25 de maio de 1967);

Nº 397/67 — (Nº de origem 470/67) — autógrafos do Projeto de Lei número 43/67, no Senado e nº 3.098-B de 1965, na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro o imóvel situado na Rua de Santa Cruz, nº 215, em Limoeiro, Estado de Pernambuco. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.289, de 25 de maio de 1967);

Nº 398/67 — (Nº de origem 471/67) — autógrafos do Projeto de Lei número 40/67, no Senado e nº 42-B/63, na Casa de Origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para atender a despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. (Projeto que se transformou na Lei número 5.290, de 25 de maio de 1967).

RESPOSTA A PERGUNTA DE INFORMAÇÕES:

I — Do Ministro Extraordinário Para Assuntos do Gabinete Civil — (Ofícios de 23 do mês em curso):

Nº 316/SAP/67 — com referência ao Requerimento nº 215/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 317/SAP/67 — com referência ao Requerimento nº 262/67, do Senhor Senador Aarão Steinbruch;

Nº 319/SAP/67 — com referência ao Requerimento nº 48/67, do Senhor Senador Mário Martins;

II — Do Ministro das Comunicações:

Aviso nº 50/67, de 26 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 66/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

III — Do Ministro da Fazenda — (Avisos de 29 do mês em curso):

Nº BR-63 — com referência ao Requerimento nº 208/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº BR-64 — com referência ao Requerimento nº 210/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº BR-65 — com referência ao Requerimento nº 240/67, do Senhor Senador Antônio Balbino.

IV — Do Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso AP/44/67, de 26 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 252/67, do Senhor Senador Raul Giuberti.

V — Do Ministro do Interior — (Avisos de 26 do mês em curso):

Nº 430 — com referência ao Requerimento nº 202/67, do Senhor Senador Arthur Virgílio;

Nº 438 — com referência ao Requerimento nº 153/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 442 — com referência ao Requerimento nº 46/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 449 — com referência ao Requerimento nº 39/67, do Senhor Senador Bezerra Neto.

VI — Do Ministro das Minas e Energia (Avisos de 29 do mês em curso):

Nº GM 408/67 — com referência ao Requerimento nº 226/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº GM 410/67 — com referência ao Requerimento nº 75/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº GM 411/67 — com referência ao Requerimento nº 225/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº GM 412/67 — com referência ao Requerimento nº 192/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº GM 414/67 — com referência ao Requerimento nº 95/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº GM 416/67 — com referência ao Requerimento nº 134/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

VII — Do Ministro da Saúde — (Avisos de 26 do mês em curso):

GB nº 453 — com referência ao Requerimento nº 227/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

GB nº 459 — com referência ao Requerimento nº 105/67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Comunicação de Eleição e Posse:

— da Diretoria da União Artística Operária Timbirense, em Timbiras, MA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Antônio Cardoso, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Barra do Choça, BA;
— do Prefeito Municipal de Belo Campo, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Feira de Santana, BA;

— da Mesa da Câmara Municipal de Mirim Alvez, BA;
— do Prefeito Municipal de Ibi-carai, BA;
— do Prefeito Municipal de Lagoa, BA;

— da Mesa da Câmara Municipal de Maragogipe, BA;
— do Procurador-Geral da República, Brasília, DF;
— do Procurador Administrativo do Estado da Bahia no Distrito Federal;
— do Ministro da Agricultura, Brasília, DF;

— do Chefe do Escritório de Representação da RFFSA, em Foz de Iguaçu, D. F.;

— do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, D. F.;

— do Presidente do Conselho Nacional do SESE, Rio, GB;

— da Diretoria da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, RJ;

— da Diretoria da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Sete Barras, SP;

— do Sindicato dos Trabalhadores em Tecelagem, Caxias do Sul, RS.

Diversos Assuntos:

— do Presidente do MDB do Acre, solicitando recursos financeiros para prosseguimento das obras da Rodovia BR-336, notadamente no trecho Arica-Rio Branco, cujo tráfego é contra-

paralizado com incalculáveis prejuízos para a economia acreana;

— da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, comunicando a promulgação da constituição daquele Estado;

— da Assembleia Legislativa do Piauí, comunicando a promulgação da constituição daquele Estado;

— da Diretoria da Associação dos Prefeitos do Nordeste em São Paulo, MA, fazendo apelo no sentido da regulamentação dos subsídios dos vereadores;

— da Câmara Municipal de Canarana, SE, congratulando-se com o Congresso pela honrosa escolha do Dr. Linneu Paiva Vieira, par-

tesidente do Conselho Técnico da Associação dos Municípios;

— do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termoeletrica de Campinas, SP, convidando os parlamentares para a solenidade de inaugurar a colônia de férias dos eletricitários construída na Av. dos Sindicatos, no município de Praia Grande;

— do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaboaticabal, SP, solicitando a revisão do Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro de 1967;

— da Câmara Municipal de Santos, SP, hipotecando solidariedade às reivindicações da Associação Profissional das Domésticas da Baixada Santista;

— da Diretoria da Associação Profissional das Domésticas da Baixada Santista, enviando cópia de suas reivindicações;

— da Diretoria da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestando seu apoio ao substitutivo aprovado ao projeto de lei nº 29-66;

— da Câmara Municipal de Leme, SP, fazendo apelo no sentido de serem revistos os Ato Revolucionários de cassação e punição;

— da Câmara Municipal de Osasco, SP, fazendo apelo no sentido de ser revista a medida que impede S. Paulo de emitir sua Loteria Estadual;

— do Sindicato dos Oficiais de Alfaiates de S. Paulo, manifestando-se contrário à rejeição do veto presidencial reduzindo salário do menor;

— do Tribunal de S. Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de S. Paulo, fazendo apelo no sentido de rejeição pelo Congresso do projeto de lei que visa abolir interstício regulamentar para a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, de membros do Ministério Público e da Magistratura aposentados;

— dos alunos das Faculdades de Ciências Contábeis Administrativas de Sorocaba, fazendo apelo no sentido de Universidades Federais para aquelas Faculdades;

— do Juiz de Menores de São Paulo, SP, enviando cópia da Portaria nº 4.881, de 1967, pelo qual foi organizada a Assessoria de Imprensa e de Literatura;

— do Sindicato dos Lojistas do Comércio de S. Paulo, congratulando-se com o Congresso Nacional pela promulgação da lei nº 5.274, de 24 de abril de 1967, que estabelece regime salarial aos empregados menores;

— da Câmara Municipal de Irapuru, SP, fazendo apelo no sentido da admissão de operários com 40 anos de idade;

— do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção de Belo Horizonte, MG, enviando cópia de seus estatutos;

— das Câmaras Municipais de Francisco Sá e S. João da Ponte, MG, fazendo apelo no sentido da ampliação da área mineira no Polígono das Secas;

— da Câmara Municipal de Uberaba, MG, fazendo apelo no sentido da criação da Universidade Federal naquela localidade;

— do Procurador-Geral da República do Distrito Federal, comunicando a transferência de sua sede para o bloco 11 da Esplanada dos Ministérios, 2º andar a fim de acompanhar os trabalhos da Justiça Federal de 1ª instância;

— do Presidente da Cooperativa Habitacional dos Aeronautas do Rio de Janeiro, GB, congratulando-se com o Congresso pela grande obra social que vem realizando o Banco Nacional de Habitação da aquisição da Casa Própria pelos seus associados;

— da Câmara Municipal de Barra Mansa, RJ, solicitando inclusão de dispositivo na regulamentação do § 2º do Artigo 16 da Constituição Federal;

— da Câmara Municipal de Nilópolis, RJ, fazendo apelo no sentido da dilatação do prazo de trinta dias para a Indústria recolher o imposto de produtos industrializados;

— da Câmara Municipal de Niterói, RJ, fazendo apelo no sentido da regulamentação dos subsídios dos vereadores;

— da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, comunicando a promulgação da constituição daquele Estado;

— da Câmara Municipal de Curitiba, PR, fazendo apelo no sentido de apoio à Campanha de instalação de um Consulado do Japão no Estado do Paraná;

— da Câmara Municipal de Curitiba, PR, fazendo apelo no sentido de que sejam determinados estudos objetivando o incentivo à produção;

— do Governador do Estado de Santa Catarina, enviando exemplar de Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa daquele Estado por ocasião do segundo ano de seu governo;

— da Câmara Municipal de Carazinho, RS, fazendo apelo no sentido de ser decretado um dia no ano como "Dia da Auxiliar Doméstica";

— da Câmara Municipal de Flores da Cunha, RS, hipotecando solidariedade ao Senador Vasconcelos Torres ante o movimento que visa remunerar os vereadores brasileiros;

O SR. PRESIDENTE:

(Atílio Fontana) — Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 472, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do EMBRATUR, sobre incremento do turismo no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do EMBRATUR, se existem planos para auxiliar o desenvolvimento turístico no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro, que possui uma infinidade de locais apropriados para a sua exploração e industrialização?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 473, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DUT — sobre publicação Diário Oficial das readaptações aprovadas pelo Grupo de Trabalho do DCT dos servidores que foram transferidos da Estrada de Ferro Goiás, hoje Estrada Férrea Centro Oeste, para os Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — quais as providências tomadas para ser feita a publicação no Diário Oficial das readaptações aprovadas pelo Grupo de Trabalho do DCT dos servidores que foram transferidos da Estrada de Ferro Goiás, hoje Estrada Férrea Centro Oeste, para os Correios e Telégrafos, uma vez que os referidos servidores estão prestando serviços dos níveis 10 e 12 e percebendo remuneração dos níveis 3 e 4, há mais de 7 anos e sem direito a promoções, o que é um absurdo e uma grande injustiça?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 474, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre a compra, pelo Brasil, de energia elétrica gerada no Paraguai.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, o seguinte:

1) Se já houve alguma providência tomada pelo Governo brasileiro para o fornecimento a nosso país de uma parte da energia que será produzida pela hidrelétrica do rio Acari, no Paraguai, e que razões de natureza econômica ou técnica justificam o interesse do Brasil pela operação.

2) Considerada a atual disponibilidade de energia elétrica existente no Brasil e o crescimento dessa disponibilidade, a curto prazo, em decorrência das grandes obras em curso no setor — esclarecer qual a situação, a localização e a oferta e a demanda da energia elétrica, na região brasileira coincidente com a faixa de fronteira com o Paraguai;

3) Se existe plano de desenvolvimento regional para a área em questão, ou qualquer outro fato que leve a admitir o repentino e substancial incremento, ali, da demanda de energia elétrica.

3) Se é tecnicamente possível, tratando-se da importação de energia elétrica, receber apenas a quantidade de força utilizada pelo consumo na região receptária da mesma — ou se a aquisição de energia do país estrangeiro implica no pagamento de uma cota fixa mensal, mesmo que o consumo permaneça aquém do quantitativo estipulado.

Justificativa

Estou entre os que se colocam a favor de uma integração econômica progressiva dos países para viabilizar as soluções, em termos continentais, dos problemas de maior importância comuns aos mesmos.

O problema da energia está entre os que devem ser considerados importantes, prioritários.

Ainda na dependência de importar a maior parte do petróleo que consome — a América Latina não tem outra solução à vista para seu problema energético, senão elev. ao máximo sua capacidade geradora de energia elétrica, aproveitando da melhor forma o alentado potencial hidráulico de que dispõe.

Na mesma linha de raciocínio, é admissível que os países deste nosso Continente possuidores de produção ociosa de energia elétrica, vendam o que lhes sobra aos vizinhos com capacidade de consumo para tais excedentes.

E' preciso, todavia, que ajustes dessa ordem sejam feitos, sempre, tendo em vista um fato, um problema, uma situação real — e, não, o simples objetivo de compensar deficits na balança de pagamentos com o faturamento oneroso de uma parcela fixa de energia elétrica para a qual, talvez, não haja consumo imediato na área em que a mesma seria distribuída.

Tem o Brasil alguns grandes projetos hidrelétricos em fase de execução — um dos quais na fronteira de São Paulo com Mato Grosso — e não me parece de grande evidência a viabilidade de ampliação rápida do consumo de energia elétrica em área geográfica de população ainda escassa, não possuidora de infra-estrutura industrial, que em breve terá energia abundante de produção nacional, como é o caso da região brasileira que confia com o Paraguai.

Afinal, nada me parece justificar no caso — mesmo levando em conta estar em jogo nossas relações com um país vizinho e amigo, como o Paraguai — que venhamos a comprar e a pagar, mensalmente, certo quantitativo de energia elétrica produzido fora de nossas fronteiras, sem termos condições reais para consumi-lo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 475, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — sobre cobrança de contas com adiantamento pela Rio-Light.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — se tem conhecimento que a Rio-Light está cobrando com adiantamento quase todas as contas, obtendo assim, de seus assinantes, um financiamento a curto prazo sem juros, e por que, independente do racionamento, as contas continuam as mesmas e, às vezes, até maiores?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 476, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre ameaça de despejo, pelo INPS, da Justiça do Trabalho em Niterói, Estado do Rio.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — por que motivos o INPS está ameaçando de despejo a Justiça do Trabalho em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, o que, se consumado, provocará uma situação imprevisível dentro do problema social do próprio Estado, além de péssima repercussão em todo o Brasil?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 477, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre pagamento de vencimentos atrasados dos Aposentados e Pensionistas da E. F. Noroeste do Brasil, residentes no trecho de Mato Grosso com as fronteiras da Bolívia.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — por que motivos estão atrasados os pagamentos dos vencimentos dos Aposentados e Pensionistas da E. F. Noroeste do Brasil, residentes no trecho de Mato Grosso com as fronteiras da Bolívia, se os colegas destes servidores em Bauri, Estado de São Paulo, recebem seus proventos em dia?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 478, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre asfaltamento da antiga estrada Japeri-Paracambi, Estado do Rio.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se existem planos para asfaltar a antiga estrada Japeri-Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, o que ocasionará uma mudança radical na região, que será enormemente beneficiada?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 479, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre dragagem dos canais de Camboatá e Sarapó, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — quando serão iniciados os trabalhos de dragagem dos canais de Camboatá e Sarapó, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro; e se já foi liberada a verba correspondente ao custo da operação?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Alípio Fontana) — Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de esgotamento nem de deliberação do Plenário. De acordo com o artigo 213, letra d, do Regimento Interno, serão publicados e em seguida despachados pela Presidência.

Há oradores inscritos.

Tam a palavra o nobre Senador Argeniro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, conheço o pensamento político dos meus companheiros de organização partidária; conheço o espírito público de todos eles e acredito que as palavras que vou pronunciar, os conceitos que vou emitir não significarão uma divergência da linha de conduta por eles adotada.

O líder do meu partido várias vezes tem-se pronunciado nesta Casa no mesmo sentido que as minhas palavras vão significar; outros oradores do nosso grupo o têm feito, dentro do mesmo critério de ação. Mas se, porventura, algumas palavras ou algumas expressões fugirem do modo de entender dos meus companheiros, a responsabilidade por elas será minha, exclusivamente minha. Significa, Senhor Presidente, que o meu Partido não ficará comprometido nos conceitos que vou emitir.

(Lendo)

Senhor Presidente, a palavra de um opositorista é quase sempre ouvida com escassez de autoridade pelos que conceituam as organizações políticas situadas fora dos quadros governamentais como força de combate perene e sistemático. Em toda a minha vida pública, quer na chefia do governo do meu Estado quer nos longos anos de atividade parlamentar, sempre considerei desarrastado e ilógico aquele conceito de oposição, no ângulo da filosofia partidária. Os partidos políticos sérios têm a sua estrutura orgânica arrimada em princípios e idéias, que constituem uma mensagem de felicidade e bem-estar do homem e da comunidade. Qualquer que seja a ideologia que eles enfeixem de e de ação, há sempre neles uma como programa de luta, de propaganda comum de espírito público visando a ordem social, política e econômica, mais adequada à conquista do bem da civilização. Essa afinidade ou identidade de objetivos repele a idéia de caráter obstinado e sistemático que se empresta às oposições. As oposições e aos próprios partidos governistas. Para esses radicalistas, ser governo é destruir as organizações que deles divergem, por todas as formas e por todos os meios; e ser opositorista é lutar pelo desprestígio do governo, sem tréguas e sem discriminações, nos caminhos errados ou certos que ele venha tomando.

Sempre combati esse desarrastado e incansável modo de pensar, Senhor Presidente. Os anais desta Casa e da Câmara dos Deputados, onde tantas vezes registrei as minhas palavras, como integrante dos partidos em que tenho militado, comprovam a autenticidade e a coerência dessa minha conduta de homem público. As oposições, sobretudo os regimes democráticos são, sem dúvida, forças vencidas, minoritárias, cujo respeito e prestígio, apoiem-se na dignidade das atitudes, na fidelidade e intransigência dos princípios, na lealdade dos compromissos assumidos e na sinceridade dos postulados que lançam em defesa do povo. Se elas fogem à luta, quando devem lutar, face aos governos errados; se elas se curvam ao poder, quando o arbitrio lhes restringe ou sufoca a liberdade; se elas marginalizam o dever da fiscalização e a vigilância, e os atentados aos interesses sociais são cometidos sem reação e sem protesto, aí, Senhor Presidente, elas deixam de constituir organizações

humanas capazes de sobrevivência digna, para se transformarem em ajuntamentos nocivos, desprezíveis, arruinados nas forças morais, que sustentam, em nível de honra e respeito, os homens e as comunidades políticas.

Diferentes não são, para mim, as oposições, contaminadas pelo ódio, pelos interesses subalternos ou pelo pensamento da subversão. Elas perdem também o caráter de corrente de opinião pública, capaz de se impor ao respeito de todos, para descerem ao plano da insensatez e da loucura. Embaraçam, solapam, difamam, injuriam, subvertem. E' o processo das oposições sistemáticas. Essas preliminares, Senhor Presidente, não são lançadas sem objetivos preconcebidos. O nosso partido político, ou seja, o Movimento Democrático Brasileiro, não é um órgão político de corruptos nem de corruptores. Não irá bater às portas do governo na busca de um lugar, nas linhas dos que o defendem e obedecem. Não trairá a bandeira dos seus princípios, nem desertará dos ideais que polarizam os seus homens. Mas, não fugirá aos deveres a cortesia cívica. Ao império do patriotismo. Aos chamamentos da razão e do bom senso. Nesta Casa, onde se esteia o equilíbrio da Federação e onde a loucura das paixões não tem acesso; nesta Casa, Senhor Presidente, não haverá M.D.B. nem ALEMA, sempre que estiverem em jogo os altos interesses desta nação, inquieta e sofrida. Haverá sim, brasileiros e patriotas, irmanados pelo pensamento comum e altaneiro de ceder ao país, tudo de que possam dispor para arrancá-lo das crises que o esmagam e torná-lo feliz, próspero e respeitado. Neste ângulo não haverá discriminações. E' o nosso pensamento, Senhor Presidente, sobretudo, nesta hora.

Está na chefia do governo um militar. Um militar que sucedeu a outro militar. O primeiro lançado ao poder na crista de uma revolução e pela forças das armas. O segundo, em mais sereno ambiente, assumiu a Presidência da República através de uma eleição indireta, realizada pela maioria do Congresso Nacional. O primeiro era o arbitrio, justificado em parte pelo ardor revolucionário que dominava; o segundo investiu-se no poder, sob a égide e a disciplina de uma Constituição.

Combateamos o primeiro, especialmente no setor dos atos ditatoriais. Quanto ao segundo, só lhe vetamos, até hoje, o processo indireto da eleição. Mas, não lhe negamos o caráter constitucional de governo. Há uma ordem jurídica instituída. Há uma Constituição em vigor. Já é uma tranquilidade, Senhor Presidente. O que se impõe agora é a restauração de uma autêntica normalidade democrática. Neste aspecto, confesso a minha confiança no atual Chefe da Nação. Os primeiros atos do seu governo, tenhamos o coragem de confessar, despertaram fecundas esperanças no seio do povo. Sente-se a reintegração do espírito humano na ação governamental. Os tangidos pela Revolução para os países estrangeiros, onde sofrem as saudades da Pátria e necessidade materiais, já podem retornar ao território do nascimento. Cada um garantido no direito de defesa contra as irregularidades e crimes que lhe foram imputados.

Juscelino Kubitschek, homem que plantou esta cidade jovem e imortal, o administrador arrojado da política de desenvolvimento industrial deste país; o gigante de Furnas e Três Marias; o lutador singular no combate aos efeitos das secas do Nordeste; o inesquecível benfeitor de minha cidade natal; Juscelino, Senhor Presidente, já tem o direito de palmilhar o solo pátrio; de rever a genitora envelhecida, já nos portões da última caminhada; de ficar ao lado da filha enferma. E ficar sem os vexames, e sem as humilhações, que deixam o

corpo vivo e matam a vitalidade da alma.

Todos nós sentimos o tônico de uma alvorada de liberdade. Não destruam o esplendor dessa visão.

O sentimento nacionalista puro, que vibra em nossos corações, torna o alento das ressurreições. Se as linhas do governo ainda não se posicionarão bem no campo da economia nacional, sente-se, entretanto, uma parada nos temores de uma política de desnacionalização da indústria brasileira. As classes produtoras, emigradas pela pressão tributária, esperam o alvará de sua libertação. Não plantam privilégios incompatíveis com o espírito de igualdade, mas precisam do amparo e dos estímulos do Estado, como artífices que são da riqueza e da prosperidade de todas as regiões. Há, sem dúvida, um turbilhão de erros a corrigir. Uns de passado remoto, e outros recentes, praticados por desencadear da paixão revolucionária. Cabe ao governo a tarefa nobre e árdua de corrigi-los.

As classes operárias ainda tremem de espanto e de medo. O medo que humilha, rebaixa e amantinha os nossos foros de civilização e de cultura. O medo de reivindicar o pão para estômagos vazios. O medo de lutar por uma ordem social justa e humana que assegure condições de dignidade à vida de seus membros.

Ninguém pleiteia de um governo nascente o milagre da solução imediata de velhos e crônicos problemas. O que deseja a nação e que se afirmem e se positivem as humanas governamentais. Nós mesmos acompanhar, vigilantes, os passos do eminente Chefe da Nação. Acompanhar, para ajudá-lo nas caminhadas recentes. Acompanhar, para adverti-lo e combatê-lo nos erros que cometer.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite-me Vossa Excelência um aparte

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de Vossa Excelência. Conheço o nobre colega ao modo de agir de três governos: o do Marechal Castello Branco, o do Senhor Juscelino Kubitschek e o do atual, Marechal Costa e Silva. Hoje, na Câmara dos Deputados, um Deputado por Goiás, Dr. Paulo Campos, através de discurso, fará um confronto entre o Governo do ex-Presidente Castello Branco e o do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Provará que o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi muito mais tranquilo, muito mais ordeiro, muito mais humano, do que o do ex-Presidente Castello Branco, que emitiu mais do que os últimos governos reunidos; provará que o Governo de Juscelino Kubitschek produziu muito mais, para o Brasil, do que o do Marechal Castello Branco, enfim, fará um confronto desapassionado, sério, em relação a esses dois governos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte com que me honra o eminente Senador Pedro Ludovico. Agradeço porque, sempre que Sua Excelência intervir nos meus discursos o faz no sentido de me prestar ajuda ou para denunciar um alto ponto de vista. Sua Excelência é homem respeitável, por todos os títulos, por sua dignidade, por seu espírito público, por sua coragem cívica.

O Sr. Pedro Ludovico — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Lamento não ser, hoje, o objetivo do meu discurso o confronto com aquele com que vai honrar a Câmara Federal o ilustre representante. Poderia fazê-lo mas, por outro lado é o meu intento. O propósito que nos anima, neste momento, é o de alma aberta é sentir que temos um dever supremo, nesta hora grave que é o de esquecer, tanto

quanto possível, os erros do passado, os erros de todos os governos. Chamemo-nos, porém, não com o pensamento numa luta titânica e pouco nobre que, no passado, infelizmente, levou para conduzir o País à desordem e à anarquia, social e política, que se encontra.

Não privei com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Acompanhei o Governo do Marechal Castello Branco. Mas, de Juscelino só digo que nenhum homem poderia ter espírito mais cheio de humanidade e caráter carregado pela vaidade, pelo desejo de servir à Nação do que aquele que hoje, felizmente, voltou ao território nacional.

Sabe o Senado que quando os nossos mandatos caíram sob a guilhotina das cassações, quando a Revolução dominava o País com aquele ímpeto que a terra parecia fugir dos pés, pes numa tarde como essa, a melancolia, é verdade, mas, naquela mesma hora, o Presidente do Brasil anunciava que já não era mais Senador o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, porque seu mandato havia sido cassado.

Lu não era do seu partido, do Partido Social Democrático, eu era do Partido Trabalhista Brasileiro, mas conhecia o homem que acabava de ser vítima daquela violência, conhecia sua ação política, embora não pude de da sua intimidade pessoal. Era um homem que, como disse no início do meu discurso, implantara, dentro deste corral, uma cidade que havia de ser a glória dos brasileiros e adorno de todo o mundo — Brasília. Era o homem que enfrentara o problema de Furnas, de Três Marias, o homem que construiu, em seu Governo, mais obras de armazenamento de água para resolver problemas das áreas do que todos os seus antecessores juntos. O homem que levou a luz a minha terra das angústias da sede, liberado, arrancado das garras da morte Campina Grande, a terra onde nasci, dando-lhe água e saneamento.

Com o homem que iniciara neste País, a política do desenvolvimento industrial eu então me solidarizei e manifestei-me contra aquela violência. Senhores, mesmo sem ser líderes políticos e partidários para isso. Tinha, porém, o dever de brasileiro, o dever de patriota, o dever de nordestino, o dever de paraibano, o dever de campinense e, desta tribuna pública, discursar forte e veemente, dando, ao mesmo tempo, telegrama que acabara de passar ao ex-Presidente cassado, com seu mandato cassado e com seus direitos políticos suspensos.

Daquela atitude que eu tomara só poderia advir medida idêntica à de cassação de meu mandato e suspensão de meus direitos políticos. Mas não hesitei.

Não é, assim, somente o bravo representante goiano que nutre essa admiração e tem essa coragem de pronunciamento em torno dos assuntos públicos do Brasil.

Ao Presidente Castello Branco, chefe militar numa fase revolucionária — e eu bem conheço os movimentos revolucionários por meio de minha vida pública, tive a enfrentar ou tive de testemunhar alguns movimentos desta natureza — não posso criticar. A revolução é a subversão, a desordem, e é impossível exigir ordem e justiça quando a nação é contaminada por um ambiente dessa natureza. Não o critico pelos atos iniciais praticados no início da revolução. Não, Sr. Presidente. Era a agitação, era a desordem, era um pensamento diferente, fora da Constituição, e as injúrias, naturalmente, teriam de se praticar. O sabor de líderes que participaram do movimento sem o mínimo espírito público, sem as mínimas condições morais e políticas, homens que talvez tenham entrado no movimento com o objetivo exclusivo de colher proveitos pessoais.

Do Marechal Castello Branco, que poderei dizer, Srs. Senadores? Que não teve espírito humano quando, cessadas as paixões partidárias, continuaram as violências e os erros. Senti que a indústria brasileira parecia perder a sua vitalidade sufocada com os atos do Governo, que deveriam ser de estímulo. Sentia que havia como que uma política criminosa de desnationalização da indústria brasileira como afirmou no meu discurso. Mas nunca poderei pensar, como já disse uma vez em aparte, que os soldados brasileiros possam cometer o crime de traição à Pátria, nunca poderei afirmar. Senhor Presidente e Senhores Senadores, que nas nossas gloriosas Forças Armadas haja um homem capaz de vender este País a qualquer Nação estrangeira, seja ela a América do Norte, União Soviética ou a China. Mas a política que se praticava era errada e a todos nós, que sentimos o estímulo de um nacionalismo puro, dava a impressão de que, dentre em pouco, este País deixaria de ser dos brasileiros para ser de estrangeiros.

Ressalvo, já o afirmo em aparte a um dos eminentes colegas quando se ocupava da figura do Marechal Castello Branco, a sua dignidade pessoal, a sua honradez pessoal, e o fato, Senhor Presidente, porque tenho como princípio só admitir a culpabilidade dos homens quando tenho elementos para fazê-lo.

Tenho uma vida pública já longa, e seis quantos homens inocentes são arrastados ao pelourinho da agonia pela difamação, pela injúria, acusados de atos que nunca foram capazes de praticar. Sei, Senhor Presidente, o quanto doi no espírito de um homem honrado a acusação de improbidade sem prova e, por isso, muitas vezes me rebelo contra aquelas cassações violentas de mandatos, sem que se assegurasse aos acusados, às vítimas dos atos revolucionários, ao menos o direito elementar de defesa, direito que nunca se negou a ninguém. Mesmo as nações totalitárias organizam tribunais, tribunais que, na verdade, não inspiram confiança, mas respeitam pelo menos a ordem, a civilização a cultura universais. São tribunais que julgam acusados que podem se defender, embora sabendo que serão condenados fatalmente. Mas, aqui, as acusações se repetiam, as violências se repetiam sem que se assegurasse, ao menos, o direito de defesa aos acusados.

Nobre Senador Pedro Ludovico, eu agradeço sinceramente o aparte com que Vossa Excelência me honrou. E essas comparações, esses paralelos entre governos passados, se não têm, digamos, o heroísmo daqueles que enfrentam situações difíceis, como todos nós enfrentamos aqui; têm a grande virtude, não só de advertir o Governo que aí está — militar que é — como de, um dia, através desse paralelo entre atos governamentais de vários titulares, processar uma seleção de méritos, esclarecer os atos administrativos, revelar os pecados veniais e mortais; enfim, orientar a nação para que ela, quando se restaurar, em sua integridade, a democracia que todos nós queremos, possa o povo errar menos, escolhendo os seus governantes com melhor critério, mais serenidade, melhor espírito de justiça, maior amor à Pátria e mais espírito público.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite Vossa Excelência outro aparte.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Estou contente em ter-lhe oferecido o meu aparte, porque verifiquei que Vossa Excelência, de improviso, falou com mais eloquência, mais brilhante, mais senso, mais cultura, qualidades que Vossa Excelência tem em demasia.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Pedro Ludovico — De sorte que este meu aparte, inserido no seu discurso, me dá esta satisfação: fez com que Vossa Excelência se estimulasse para falar como Vossa Excelência sempre fala, para o bem do País, para o bem do povo brasileiro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — É um aparte honroso, que incorporo ao meu discurso, pelas qualidades excepcionais do espírito de Vossa Excelência.

Prosseguindo, Senhor Presidente, dizia eu: (Lendo)

A sucessão simultânea de governos militares não arrepiou o sentimento civilista da nação. O que almejamos é a restauração da soberania do povo. Cíveis e militares, subam ao poder os que receberem o batismo da legitimidade na fonte sagrada da vontade popular. Essa é a grande reivindicação que formulamos em nome da liberdade e da democracia. Já tivemos, na Presidência da República, militares que não fabricavam leis à ponta de espadas. Presidentes que punham as espadas em defesa das leis, emergentes da soberania popular. Foram mais civilistas do que muitos civis que ocuparam a Chefia da Nação.

A filosofia do militarismo é a negação da liberdade e da democracia.

O civilismo ortodoxo é a negação da igualdade, consagrada na vida social e jurídica dos povos livres e cultos.

Senhor Presidente, esta nação precisa de ordem, de paz e liberdade. Se a ordem e a paz não se consolidarem nas mãos do governo, que ora conduz os nossos destinos, não sei onde poderemos chegar. A ordem de que falamos não é aquela que se conquista sob o império da violência. Não é aquela assinalada pelas ruas desertas, porque se veda ao povo o direito de reunião. Não é a do silêncio maldito imposto a estudantes e operários, que não falam porque não podem falar. Não é aquela que põe termo aos embates democráticos, sob a ameaça dos tribunais de segurança. Não é aquela que deforma e uniformiza com pulsoriamente a voz da imprensa, porque a liberdade de crítica lhe foi cerceada. A ordem e a paz de que falamos, Senhor Presidente, arrimam-se na liberdade disciplinada pela lei.

A liberdade que dinamiza as forças vivas da nação, com o trabalho organizado e protegido; o povo reintegrado nos seus direitos civis; os Poderes da República independentes na órbita de suas prerrogativas constitucionais. Liberdade, ordem, liberdade, paz; liberdade confiada a comunidade na grandeza de seus dirigentes; liberdades de espírito: liberdade de progresso; liberdade, o Brasil na posse de si mesmo; liberdade, a Pátria poderosa e livre da escravidão econômica; liberdade cívica e militares unidos e confraternizados, de baixo do céu azul de nossa terra pontilhada de estrelas.

Ah, Senhor Presidente, Deus inspire os nossos homens. Ilumine a consciência dos nossos governos. Façamos juntos a grande Revolução, ideal supremo de todos nós, que é a Revolução da unidade nacional e da felicidade comum de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Atílio Fontana) — Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos, por cessão do Sr. Senador José Ermírio.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor com a sede própria do Touring Club do Brasil, cuja inauguração se verificou hoje pela manhã. Nesta oportunidade é interessante lembrar que Lúcio Costa, ao prestar informação no processo referente à doação do terreno onde seria construída a sede do Touring Club do Brasil em Brasília, o excepcional planejador da Capital da Esperança, afirmou: "A utilidade da instituição é tão evidente, que foi

previsto, no próprio Plano Piloto, local para ela..." Ele, o insigne urbanista, escolheu pessoalmente o local onde seria construída a sede do Touring Club, situando-a nos setores cultural e de diversões, próximo ao Teatro Nacional, ao futuro Museu de Arte Moderna, aos grandes hotéis, cinemas, teatros e à Terminal Rodoviária.

Lúcio Costa tinha a certeza de que estava beneficiando Brasília, o que realmente aconteceu, pois a obra que hoje foi inaugurada, originária de projeto de Oscar Niemeyer, é um admirável centro de serviços de assistência turística, automobilística e cultural, e um verdadeiro monumento arquitetônico que se jaza perfeitamente com o modernismo de Brasília. Aqui cabe um parêntesis, Senhor Presidente.

Não será demais lembrar que o primeiro Touring Club surgiu na Europa há pouco mais de cinquenta anos. Hoje, são mais de 80 os países servidos por essa Instituição e cerca de 90% do território do Mundo Ocidental gozam, através de convênios, os benefícios dos serviços de utilidade pública que ela presta.

A história do crescimento do Touring Club é uma série de atos meritoriosos em defesa dos interesses públicos.

Não precisamos lembrá-los, pois são do conhecimento público. No Brasil, o Touring Club há pouco mais de 40 anos, é responsável pela federalização das carteiras de motoristas e licenças de automóveis, criando a carteira Nacional de Habilitação.

Idealizou a Semana da Asa; promoveu a campanha contra o excesso de ruídos urbanos; foi responsável pelo 1º Congresso Nacional do Trânsito; sinalizou diversas cidades e os mais importantes trechos rodoviários do País; editou os 1ºs Guias e Mapas de interesse turístico, inclusive o 1º Guia da cidade do Rio de Janeiro; promoveu a construção da Estação Rodoviária "Mariano Procópio", a primeira Terminal Rodoviária surgida no Brasil; fez a 1ª Carta Rodoviária Brasileira; presta serviços de assistência administrativa, jurídica, turística, mecânica e outros mais a seus associados.

É uma Instituição a que nenhuma outra se compara, seja pela diversificação dos benefícios que presta à "Coletividade Touring", seja pela atividade sempre presente e atuante nos diversos momentos da vida nacional.

Quero aqui, Senhor Presidente, levar meus aplausos ao Touring Club do Brasil, na pessoa de seu ilustre presidente, o General Berilo Neves, pelo muito que tem feito em benefício da coletividade brasileira. Realmente, sob a direção desse dinâmico e atuante homem público, o Touring Club do Brasil já está em vias de alcançar a meta dos 300 mil sócios e se tornou um decisivo agente auxiliar dos poderes públicos na tarefa de expandir em todo o território nacional, o turismo, o automobilismo e o rodoviário.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — No momento em que V. Exª assinala a inauguração, hoje, em Brasília, do edifício sede do Touring Club do Brasil, desejo congratular-me com o Presidente dessa notável instituição General Berilo Neves, e com seu Diretor em Brasília, Dr. Carlos Berttoli, atual chefe do Gabinete do Ministro da Justiça e assistente jurídico do Ministro Pedro Chaves, do Supremo Tribunal Federal. Das qualidades do Dr. Carlos Berttoli, que acumula ainda as funções de Presidente do Conselho Nacional do Trânsito, Professor de Direito Internacional da Universidade de Brasília, Assessor da Bancada Federal Paulista e Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, só podemos esperar que seja integral o êxito, em Brasília, do Touring Club.

O SR. LINO DE MATTOS — Sou muito grato ao honroso aparte de V. Exª.

Desejo também manifestar as minhas homenagens ao jovem Dr. Luiz Carlos Berttoli, dinâmico diretor da seção local do Touring Club do Brasil, responsável pelo presente magnífico que Brasília hoje recebe, e que é a sua sede. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, designado pelo Senado, compareci, sábado último à exposição agropecuária, realizada em Goiânia, em companhia dos nobres Senadores Wilson Gonçalves, Cattete Pinheiro, Fernando Corrêa e Aurélio Vianna.

Recepcionados pelo eminente colega João Abrahão, sentimo-nos verdadeiramente desvanecidos com a assistência que nos prestou S. Exª. A exposição, em canção — podemos dizer — o objetivo esperado.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — Falando V. Exª do acolhimento que proporcionamos à delegação do Senado visitou Goiânia, devo dizer que nós, em Goiás, ficamos gratos ao Senado da República pela Comissão enviada à nossa Capital e, particularmente, pelo apoio moral que prestou à nossa XX Exposição Agropecuária. Sensibilizado, agradecemos aos ilustres colegas, cuja presença deu maior brilho ao certame e à Mesa do Senado.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — O aparte do nobre Senador João Abrahão é mais um testemunho do cavalheirismo, da amizade e consideração de S. Exª para com os seus colegas.

Sr. Presidente, os animais em desfile, principalmente os da raça zebuína, com os seus exemplares classificados, poderiam ser apresentados em qualquer exposição, até mesmo no exterior. Trata-se, realmente, de animais de grande classe e categoria, animais de linhagem aurada.

Os expositores de Goiânia, tanto os de Goiás, como os de Minas Gerais, os de São Paulo e os do Paraná, tiveram não há dúvida, o seu objetivo alcançado, numa demonstração eloquente de que a nossa pecuária está progredindo, está melhorando. Observamos exemplares com precocidade só comparável aos existentes em países desenvolvidos.

Estiveram presentes ao certame o Senhor Governador do Estado, o Presidente do Banco do Brasil e vários diretores daquele estabelecimento de crédito, e mais autoridades que vieram dar maior realce à exposição.

O Sr. Presidente da Associação Agropecuária de Goiás, no seu brilhante discurso, abordou, entre outros temas, a questão do financiamento aos pecuaristas do preço do gado bovino de corte que sofrem com o aumento do transporte. Compradores de outras Estados a pagar a arroba de 15 quilos de boi abatido, numa base de doze cruzeiros os 15 quilos, livre de imposto. O Presidente da Associação Agropecuária de Goiás, numa preciosa apreciação desses problemas principalmente, focalizou o efeito do Imposto de Circulação de Mercadorias fazendo sentir que esse imposto agravava a situação dos pecuaristas. Naquela oportunidade comentou aquilo que a imprensa pública, isto é, a determinação do Presidente da República, no sentido do reexame desse tributo. Segundo estamos informados, o Senhor Ministro da Fazenda decidiu convocar nos próximos 15 dias, os Secretários de Fazenda dos Estados do centro e do Sul do País para uma reunião em Curitiba, Estado de Mato Grosso, a fim de discutirem e apre-

ciarem a questão do imposto de circulação de mercadorias.

Aproveitando a oportunidade, gostaríamos de fazer um comentário sobre a questão do imposto de circulação de mercadorias. É um dever, acreditamos nós, de todos aqueles que, pelas suas atividades profissionais, estejam ligados ao problema, de examiná-lo, estudá-lo e debetá-lo, porque se trata de tributo, a nosso ver, que viria solucionar muitos problemas fiscais do passado. Não podemos portanto, ficar em silêncio sem qualquer comentário a fim de que o Sr. Atílio Fontana e a Fazenda, juntamente com os Srs. Senhores de Fazenda dos Estados, tomem providências de forma que não venha a se agravar a situação do País.

Inicialmente, devemos considerar que essa forma de tributo cria uma situação de estímulo à produção, porque dessa depende a arrecadação do tributo e, em consequência, os governos, tanto estaduais como municipais, têm todo o interesse e necessidade de fomentar a produção em todos os setores, inclusive o agropecuário. Este é o caminho certo para que possamos fazer deste grande país, — que tem todas as condições para tal — uma nação próspera e rica.

Ademais, Sr. Presidente, o imposto de vendas e consignações, que foi substituído pelo imposto de circulação de mercadorias, já não podia continuar, devido à sonegação e aos privilégios concedidos de forma que os que pagavam corretamente os seus tributos eram os sacrificados. Consequentemente, o imposto de circulação de mercadorias veio sanar o problema, acabando com os privilégios de poucos e dificultando a sonegação do tributo. Assim, parece-nos que o ICM deve ser mantido, muito embora possamos concordar — como em relação a todas as leis que trazem profundas modificações, que seja novamente examinada e corrigida em suas pequenas distorções.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com prazer cuco o aparte de V. Ex.

O Sr. Domicio Gondim — Nobre Senador Atílio Fontana, o problema do ICM não é de sonegação, pois, mesmo do modo por que está sendo aplicado, ele não acaba, com a sonegação, mas a incentiva. O ICM é um imposto. V. Ex. concorda inteiramente — tecnicamente ideal, mas não a sua aplicação ao primeiro produtor. Hoje, o primeiro produtor brasileiro seja de produtos agrícolas seja de matérias primas a serem industrializadas é altamente onerado, porque ele não tem crédito. O primeiro produtor paga 15% sobre as vendas, enquanto que o segundo e o terceiro produtos pagam também 15%, mas sobre a diferença, que representa muito menos que 15% sobre o total.

Não sou contra o imposto, mas quanto à sua aplicação ao primeiro produtor.

Não devemos esquecer que o primeiro produtor é quem cria a riqueza. O outro transfere o lucro, manipulando e beneficiando a matéria prima. De modo que não posso concordar com V. Ex. em que esse imposto esteja trazendo bem para o Brasil. O que nós estamos vendo é o Brasil paralisado em suas atividades agrícolas em suas atividades primárias. Por exemplo, estão paralisadas as siderúrgicas brasileiras. Todas estão em situação difícil, por causa do ônus do imposto sobre seus produtos. Quinze por cento sobre um tonelada de aço. Não existe no mundo caso igual. Nem mesmo produção para consumo local é obrigada a pagar essa quantia. Não poderei concordar com V. Ex. apesar de admirá-la profundamente na defesa das

suas teses no Senado. Fingir quinze por cento do primeiro produtor é excessivo, seja produto primário, hortigranjeiro, agrícola ou industrial, porquanto o primeiro produtor praticamente não possui créditos para beneficiar-se e diminuir a incidência do ICM.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador Domicio Gondim, pelo seu aparte, embora diverjamos nesse ponto.

Ainda agora verificamos com as informações colhidas em Goiânia, sábado último, que a compra de bois gordos é feita livre de desconto, de tributação. O industrial é quem paga. É uma questão de interpretação permita-me o esclarecimento. A verdade é a seguinte: o imposto de vendas e consignações era um tributo em cascata e entre o produtor e o consumidor, não raro, atingia a 25 e 30%.

Hoje, existe somente o imposto de circulação de mercadorias apenas de 15%, e não pode ser cobrado duas vezes.

Por esta razão é que os Governos estaduais estão declarando que a arrecadação agora é menor. O imposto é menor.

O Sr. Domicio Gondim — Absolutamente.

O SR. ATTILIO FONTANA — Esta é a situação que estamos enfrentando. Mas ainda queremos notar que o imposto de vendas e consignações devia retornar ao Governo municipal, segundo o Art. 16 da Constituição de 1946, 20% do que o Estado arrecadasse a mais no Município. Consequentemente, se o Estado arrecada um pouco menos, ele não tem essa obrigatoriedade de devolver ao município de origem essa cota-parte a que se refere a Constituição de 1946.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. João Abrahão — Apenas para dizer a V. Ex. que nós concordamos perfeitamente com a tese levantada pelo Senador Domicio Gondim, porque o grande sacrificado em tudo isso está sendo o produtor. E V. Ex. que esteve em Goiânia, deve ter conhecimento do discurso do Presidente da Associação Rural de Goiânia, em que ele afirmava que o ICM estava onerando a produção de Goiás. V. Ex. deve ter interpretado mal. O produtor paga o imposto de produção o intermediário paga a diferença do custo com o lucro da revenda que ele faz. Aliás, é um dos pontos sobre que os produtores têm clamado, pedindo providências nossas e o Governo prometeu, conforme noticiam os jornais de hoje, fazer modificação no imposto de circulação, que está causando um mal terrível à agricultura e à pecuária. Estas não têm assistência alguma e o imposto pesado ainda as onera em todos os gêneros.

O SR. ATTILIO FONTANA — Nobre Senador João Abrahão, agradeço o aparte de Vossa Excelência e esclareço que fiz referência a um comprador de Belo Horizonte. Estava presente quando ele dizia que estava pagando 14 cruzeiros a arroba líquida e que as despesas seriam de 2 cruzeiros a arroba. Nestas condições, o pecuarista vendedor, em Goiás, de bois gordos, estava recebendo apenas 12 cruzeiros a arroba.

O Sr. Domicio Gondim — Então é evidente que está descontando porque é pago por ano.

O SR. ATTILIO FONTANA — Permite-me completar, Senador Domicio Gondim. O que há é o seguinte: lamentavelmente, no setor da pecuária

bovina, em consequência do fatores que independem do próprio Governo, o preço caiu muito este ano, porque o mercado internacional teve uma queda de preço.

O Brasil, lamentavelmente, não possui tradição em comércio internacional de carne e, tendo que competir com países como a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia, tradicionalmente grandes exportadores de carne para poder exportar, precisa vender o produto mais barato do que aqueles países que já têm compradores certos. Essa é a razão por que o preço da carne de boi no mercado internacional está muito abaixo do índice desejado pelos nossos pecuaristas, mas isto nada tem a ver com o imposto de Circulação de Mercadorias.

O Sr. Domicio Gondim — Precisamente em virtude da incidência do imposto de Circulação de Mercadorias, nobre Senador.

O SR. ATTILIO FONTANA — Não, nobre Senador. V. Ex. está equivocado.

O preço do suíno, por exemplo, apesar da incidência do imposto de Circulação de Mercadorias, está quase 100% acima do atingido no ano passado.

O Sr. Domicio Gondim — Mas por outra razão totalmente diferente.

O SR. ATTILIO FONTANA — No ano passado o preço do suíno era de quatrocentos e poucos cruzeiros e este ano, é de oitocentos cruzeiros.

O Sr. Domicio Gondim — Permite-me, nobre Senador, responder a V. Ex. em partes. Primariamente a questão do preço do suíno que em Santa Catarina, está alto, atualmente, como V. Ex. diz e eu confirmo.

O SR. ATTILIO FONTANA — Isso está ocorrendo em toda parte do Brasil.

O Sr. Domicio Gondim — Justamente em virtude de um caso cíclico brasileiro: o preço no ano passado, era baixíssimo, houve um total destímulo, e como o suíno é uma questão de safra, não houve mais interesse do produto e, em consequência, está havendo falta, carência, o que provoca, evidentemente, uma alta do produto, não por haver grandes quantidades, mas pela questão da incidência do imposto sobre circulação de mercadorias. Em Goiás, o ICM incide não no percentual de 15, mas de quase 30% num boi, porque o Governo do Estado tabelou estabeleceu uma pauta para bois. Assim, um boi magro, que é vendido entre NCr\$ 110,00 e NCr\$ 120,00 (hoje, em Goiás, é pago à base de NCr\$ 200,00, equivalendo a, aproximadamente, 30% de imposto. Evidentemente, não é imposto, é confisco. Outro aspecto que desejo salientar é a questão do pagamento do ICM, feito pelo primeiro produtor, em Goiás, conforme verificamos há poucos dias: o imposto sobre circulação de mercadorias é pago primeiro pelo produtor e é exorbitante. No meu Estado, não é de 15%, é de 18%. O produtor de feijão, na minha região, tem de entregar 18 sacos dessa leguminosa para poder transacionar com 100 sacos. É excessivo. Quanto à argumentação de V. Ex. de que os Governadores estão reclamando a baixa receita, tem toda a razão, por um motivo muito simples: diminuição da receita é causada pela paralisação dos negócios, não só no âmbito regional, mas em todo o Brasil. Daí a baixa arrecadação. Se se colocasse o percentual de 40%, ainda assim estariam reclamando, porque, repito, a arrecadação é baixa, em face do volume de negócios, para enfrentar as necessidades dos Governos estaduais.

O SR. ATTILIO FONTANA — Não devemos considerar a exceção como regra, há em todo Estado uma pauta

acima do preço corrente, cabe exatamente corrigi-la. Não é possível, senão o boi vendido por NCr\$ 200,00, a gauta incidir em NCr\$ 300,00 ou mais. Não é de lei. O critério adotado pelo fisco do Estado. Cabe até mesmo — creio, muito embora não tenha autoridade para abordar questão jurídica — mandado de segurança, pois não é possível criar...

O Sr. Domicio Gondim — Qual o pequeno agricultor que ganha mandado de segurança contra o Governo?

O SR. ATTILIO FONTANA — ...um valor fictício.

Não é o que devemos discutir e, sim, nobre Senador Domicio Gondim, fazer sentir que precisamos contribuir para que as autoridades governamentais consigam fórmula justa, e correta. Não estamos aqui, em absoluto, pensando em interesse particular de grupos. Desejamos que a Nação siga o bom caminho, a fim de que melhore o padrão de vida do povo brasileiro e possa o país ingressar numa fase de desenvolvimento. Consequentemente, o imposto de Circulação de Mercadorias não é exceção. O Brasil, fazendo um confronto com outras nações, procurou solucionar o problema por intermédio dele. O imposto de circulação de mercadorias é a fórmula adotada por grande número de países que tributam, exatamente, a produção e esta não deve sofrer qualquer isenção, porque isto cria muitos problemas, como ouvimos agora, quando se fala que os produtos hortigranjeiros, a avicultura e outros, devem ser isentos do imposto de circulação de mercadorias.

Imaginemos um município cuja produção seja apenas hortigranjeira ou de aves. Se se isentasse de imposto esses produtos, onde iria parar a receita desses governos municipais que têm hoje 80% de sua receita exatamente no imposto de circulação de mercadorias sobre a produção do município?

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com prazer vamos ouvi-lo.

O Sr. Domicio Gondim — Apesar dessa defesa de V. Ex., acontece exatamente isto: já existe isenção para diversos produtos industrializados, como, por exemplo, a ração balanceada, que é justamente a fonte de custo de frangos e aves. No Estado do Rio está inteiramente aniquilada a produção de aves e ovos porque, com a isenção do imposto de circulação de mercadorias, os moínhos não pagam o aludido imposto. Recebem crédito do produtor — vejamos que injustiça — do milho, de tudo aquilo que compõe a ração balanceada e principalmente o milho, mas, quando vendem, vendem sem imposto de circulação de mercadorias ao produtor de aves e ovos e este tem que arcar com todo o custo, porque não tem crédito. Sou a favor do imposto de Circulação de Mercadorias mas com justa tributação ao criador da riqueza, ao primeiro vendedor.

O SR. ATTILIO FONTANA — Há pouco tempo, em entrevista com o Senhor Governador de Santa Catarina, tive oportunidade de fazer sentir a S. Ex. que não devia isentar do imposto de Circulação de Mercadorias as rações balanceadas, muito embora seja a minha organização produtora de rações balanceadas. Examinando o assunto com isenção de ânimo, com aquele espírito com que devemos examinar todos os problemas que dizem respeito ao bem público, não poderia, em absoluto, concordar com a isenção do imposto de Circulação de Mercadorias, mesmo sobre produto de minha fabricação.

Permita-me, nobre Senador, declarar que sou estudioso da matéria. Entendo que deve ser mantido o imposto de Circulação de Mercadorias,

com as possíveis correções, principalmente, fazendo cumprir a lei, evitando que se verifiquem majorações em sua cobrança, como se tem ouvido os nobres Senadores declararem que em seus Estados os Governos aumentam o valor através de uma pauta, para que incida o Imposto de Circulação de Mercadorias sobre um preço superior ao real. Isso é uma distorção, é um erro que deve ser corrigido.

Entendo mesmo que, corrigidas algumas distorções, poderemos ingressar numa fase de desenvolvimento de atividades sem privilégios a quem quer que seja e muito menos aqueles sonegadores que eram exatamente o maior empecilho aos industriais e produtores honestos que pagavam o seu tributo. Havia uma disparidade imensa entre aqueles que pagavam e os que sonegavam. Hoje, com o novo tributo, o próprio comerciante exige do vendedor a nota fiscal ou a fatura de venda, porque somente assim ele pode contabilizar a operação, pagando imposto apenas sobre a diferença entre a compra e a venda da mercadoria.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, quando o Governo federal procura reexaminar o problema, ante as contradições existentes entre aqueles que defendem o tributo atual e aqueles que apóiam o Imposto de Vendas e Consignações, vem a pélo o editorial que o "Jornal do Brasil" de domingo último publicou. Focaliza o Imposto de Circulação de Mercadorias, fazendo apreciação muito clara, e no final diz que deve ser reexaminado, devem ser corrigidas certas distorções. Mas enfatiza que esta tributação é a mais justa que se possa esperar.

Assim sendo, confiamos em que os responsáveis encontrem a solução para aperfeiçoar o atual Imposto de Circulação de Mercadorias, que há de contribuir principalmente para o fomento da produção, o que é vital, o que é fundamental para uma Nação como a nossa, que necessita principalmente de aumentar sua produtividade a fim de poder reduzir os custos e tornar o assalariado maior consumidor de tudo o que produzimos em nosso País.

O Sr. Domício Gondim — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. Domício Gondim — O argumento de V. Ex. é que o ICM vai acabar com a incidência em cascata, com a intermediação. Mas o ICM veio criar um excelente campo para a intermediação, para diminuir o imposto daqueles que eram intermediários. Veio formar uma cascata maior porque é ótimo negócio ser intermediário nas circunstâncias atuais com a criação do ICM. O Brasil inteiro está vendo que quem está pagando o ICM é o produtor original, o produtor primário, o primeiro produtor. O segundo está pagando apenas a diferença entre a compra e a venda. E o terceiro a mesma coisa. Este imposto sim, criou a intermediação. É ótimo negócio para as empresas comerciais e industriais terem maior número de estabelecimentos, porque vão pagar menos imposto, em vez de pagar o imposto justo.

O SR. ATTILIO FONTANA — Senhor Presidente, terminarei em seguida, após responder ao aparte do nobre Senador Domício Gondim. A oferta e a procura é que regulam o preço. O intermediário, tendo menor despesa, como no caso do ICM, a competição o obrigará a baixar o preço e teremos, em consequência, o consumidor beneficiado. Devemos realmente preservar as duas classes: produtora e consumidora.

Senhor Presidente, entendo que a decisão tomada, depois de longos debates e de muitos estudos, é aquela que mais convém ao Brasil. Repito, não só o Brasil, mas outros países

adiantados já adotaram o mesmo critério do ICM. E nós não devemos retornar ao malfadado Imposto de Vendas e Consignações. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENADORES SENADORES:

Alvaro Maia.
Milton Trindade.
Cattete Pinheiro.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Petrônio Portela.
Paulo Sarasate.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Mariz.
Manoel Villaga.
Teotônio Vilela.
Carvalho Pinto.
João Abrahão.
Armando Storni.
Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 480, de 1967

Requeremos urgência, nos termos do artigo 326, número 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado número 29, de 1967, que altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1967. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — De acordo com o Regimento, este requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

(Guido Mondin) — Passa à

ORDEM DO DIA

Item I:

Votação em turno único, do Parecer nº 280, de 1967, da Comissão de Finanças sobre o ofício 1-67 de 31 de março de 1967, do Senhor Presidente do Conselho Monetário Nacional, encaminhando um relatório sobre a situação monetária e creditícia do País no ano de 1966. (Parecer pelo arquivamento).

A Discussão foi encerrada ontem. O parecer é pelo arquivamento. Em votação o parecer, nas suas conclusões.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Senhor Senador Bezerra Neto, para encaminhar a votação.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, infelizmente está encerrada a discussão da matéria que, do ponto de vista do funcionamento do Senado, é de excepcional importância.

Trata-se, Sr. Presidente, da aplicação da Lei 4.595, criando o Conselho Monetário Nacional, instituição financeira relacionada com o mercado de capitais.

Diz o art. 4º:

"O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá minudentemente as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, justificados destacadamente os

montantes das emissões de moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas".

Está no art. 4º da Lei 4.595, cujos outros dispositivos condicionam as emissões, à autorização prévia do Senado Federal.

Sr. Presidente, embora a lei fale, apenas, na remessa do relatório ao Congresso Nacional, é este uma verdadeira, completa e minudente prestação de contas do Conselho Monetário Nacional ao Congresso Nacional, sobre suas atividades no ano anterior. Ora, pelo que se vê do avulso, o Plenário não toma conhecimento deste relatório. Baseia-se, apenas no parecer, por mais respeitável que seja, da Comissão de Economia.

Acho, Sr. Presidente, que matéria de tanta relevância deveria ser, na íntegra do conhecimento de cada um dos Senhores Senadores não apenas por se tratar de matéria nova de profunda importância, como também por estar relacionada, diretamente, com as nossas responsabilidades de fiscal da aplicação da lei dos capitais, das leis financeiras ns. 4.728 e 4.595, de 1964 e 1965.

Há, portanto, lamentável irregularidade no fato de nos ser vedada a apreciação da matéria por não conhecermos, através do relatório anual a que deveria acompanhar o avulso, a prestação de contas do Conselho Monetário Nacional, na íntegra perante o Congresso.

Estas as ponderações, observações, a estranheza que me permiti fazer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O relatório encaminhado pelo Presidente do Conselho Monetário Nacional compõe-se, com os quadros anexos, de 289 folhas.

Como o Sr. Senador Bezerra Neto pode verificar, pelo volume que tenho sobre a mesa, torna-se, realmente, difícil atender à sugestão de S. Exa. De sorte que, o recurso seria pedir ao próprio Conselho que mandasse aos Srs. Senadores exemplares desse relatório.

Atendendo ao pedido de V. Exa., a Mesa fará solicitação nesse sentido.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. BEZERRA NETO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a matéria sugere providências da nossa parte.

O Regimento Comum — porque se trata de trabalho a ser apreciado pelo próprio Congresso Nacional — poderia tratar disto, uma vez que está em vias de ser reformado. É uma idéia nova na nova Constituição a de que devemos prever, em termos regimentais, as providências a serem tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, isto é, mandando um resumo para o conhecimento do Plenário.

É justo que o Plenário não se satisfaça apenas com o parecer da Comissão de Economia. A matéria é de suma importância e nos oferece até sugestões sobre a situação, sobre os trabalhos do Conselho do Banco Central e das nossas funções fiscalizadoras, e até para projetos nossos.

Como se trata de matéria nova, acredito que o nosso próprio Regimento deve ser adaptado a essa nova situação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Realmente, a solução adequada se encontraria numa emenda ao Regimento. No momento, porém, cabe à Mesa providenciar jun-

to ao Conselho, no sentido de que nos mande quantos exemplares puder desse relatório, para conhecimento dos Srs. Senadores.

Passa-se à votação.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, diante da questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Bezerra Neto, não nos furtamos de opinar sobre tão interessante matéria. Para que vem um relatório, de quase trezentas páginas, ao Congresso Nacional? Para ser lido na Biblioteca ou no nosso gabinete? Para ser analisado e discutido, a fim de que dele tiremos algumas ilações, algumas conclusões que nos sirvam para um entendimento melhor da política econômico-financeira e administrativa do governo central? A conclusão é sempre pelo arquivamento do relatório. Se vai ser arquivado, vai ser sepultado. Então, não há grandeza em se exigir a vinda de um relatório ao Congresso Nacional. Por quê? Quais os objetivos? E se a conclusão não fosse pelo arquivamento, qual seria a conclusão? Há algumas coisas que eu ainda não entendo neste País. Esta é uma delas.

O Relator, ao certo, teve o trabalho de ler as duzentas e tantas páginas do relatório, tirando dele as suas conclusões. Numa delas, diz o seguinte:

"O relatório mostra que a economia brasileira teve 'desempenho satisfatório', em 1966, embora o Governo fosse obrigado a 'tomar medidas de saneamento financeiro externo e interno'. Assinala o avanço da produção industrial, a expansão das exportações e a elevação das inversões públicas e privadas mostrando, ainda, que a produção agrícola foi insatisfatória".

O relatório mostra que a economia teve desempenho satisfatório em 1966", mas o relatório mostra também que a produção agrícola foi insatisfatória. E foi tão insatisfatória que o relatório proclama repito: apesar de mostrar que a economia brasileira teve desempenho satisfatório, em 1966, quanto à elevação do custo de vida, em 1966, diz o Conselho Monetário que tal

"reflete o declínio assinalado na produção agrícola", enquanto o aumento do meio circulante resultou das exigências das atividades econômicas em geral.

Subiu o custo da vida, pelo declínio da produção agrícola. Consequentemente, não tendo sido os salários dos consumidores convenientemente reajustados, inclusive os dos servidores civis e militares, só poderia ter havido insatisfação coletiva, posto que a maioria da população brasileira é constituída de assalariados.

Logo, os objetivos visados pelo Governo próximo passado não foram alcançados. De modo nenhum!

Nós não aceitamos e ambos, o nobre Senador Mário Martins e o orador, assinalamos esse texto do relatório a declaração de que "a situação monetária e creditícia do País desenvolveu-se em ritmo encorajador". Não é possível, porque a evidência é outra!

Com o número de concordatas; com o número de falências que houve neste País; a insatisfação dos assalariados; a preocupação das classes produtoras; a grande preocupação daqueles que labutam e vivem no campo e do campo para o País, como diversos Senadores vêm assinalando, inclusive com raríssimas exceções — Senadores da ARENA, do Partido do Governo; com os tributos que foram majorados de tal modo que tornou-se a vida de quem produz e de quem consome quase que insustentável. Não podemos aceitar essa conclusão. De modo nenhum! Só mesmo votando pelo ar-

enviamento. Este relatório deve ser encaminhado ao arquivo, sepultado.

Ora, Sr. Presidente, só mesmo — repetido — propor-se o arquivamento, puro e simples, desta matéria, deste relatório.

Mesmo quando encaminhamos a votação da matéria que vem logo depois desta, vamos encontrar, num relatório do Conselho Nacional de Economia — é verdade que sobre o ano de 65 — uma opinião que diverge, funda e profundamente, do Conselho Monetário Nacional.

Não sei mesmo se essa opinião assum se expressa por ser de monetaristas puros. A impressão é que nós temos tido, neste País, nos últimos anos, particularmente no Ministério da Fazenda, mais financistas que economistas, aqueles que se preocupam apenas com o equilíbrio orçamentário, mesmo que as emissões levem a população brasileira ao desespero.

E é o Governo atual se conduzir como o passado, particularmente, vai verificar que a inquietação dos assalariados, civis e militares, funcionários públicos federais, estaduais, autárquicos ou não, aumenta, na razão direta da alta do custo de vida e da estabilidade de seus salários.

Emitindo-se ou majorando-se tributos, o resultado é o mesmo: aumento do custo de vida. Impostos escorchantes, preços altos de mercadorias: insatisfação popular. Estamos vendo emissões acima dos limites suportáveis e o resultado é o mesmo: insatisfação popular.

Senhor Presidente, Vossa Excelência com muita gentileza, que é muito do nosso agrado, olhou para o relógio numa advertência. Concluo, porque Vossa Excelência tem razão. O tempo para encaminhamento de votação está esgotado, mas não podíamos deixar que essa matéria fosse votada, sem que fizéssemos a apreciação que ora fazemos.

O Senhor Senador Bezerra Neto chamou nossa atenção para o dispositivo de uma lei que existe, que vigora neste País e isto impede que façamos restrições ao relatório, que é um conjunto de contradições. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — O envio do relatório ao Congresso por parte do Conselho Monetário Nacional obedece a imperativo legal.

A Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, determinou ao Conselho assim proceder até 31 de março de cada ano.

O Relatório teria de ser apreciado, e o foi pela Comissão, tendo sido a conclusão do parecer pelo arquivamento, pois outro não poderia ser o destino desse Relatório. No entanto, insistirá a Mesa na remessa de mais exemplares da matéria para estudo dos Senhores Senadores, para seus comentários e críticas.

Em votação.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Tem a palavra o nobre Senhor Senador.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quando Vossa Excelência, respondendo a um dos nossos eminentes colegas, informava que pretendia solicitar do Conselho Monetário Nacional, a remessa de exemplares em número suficiente para que pudessem ser compulsados pelos Senadores interessados na matéria, tinha ficado com a impressão de que Vossa Excelência ia sustar o andamento do processo da votação, hoje, para que então se cumprisse aquilo que Vossa Excelência, com grande sabedoria, julgou conveniente solicitar — exemplares

para que tornássemos conhecimento da matéria.

Depois, entretanto, verifiquei que Vossa Excelência deu andamento à votação. Então, estou no receio de que só tomaremos conhecimento da matéria depois de a Casa deliberar, consequentemente depois de o relatório ser arquivado.

Nessas condições, quero acreditar que talvez fosse desnecessário solicitar do Conselho Monetário Nacional a diligência em tão boa hora enunciada por Vossa Excelência, porque aí poderemos ir ao arquivo, já não teremos que opinar, virão outras matérias que terão prioridade. A verdade é que não vamos ler nada nem ouvir nada. Vamos nos louvar exclusivamente no estudo feito pela Comissão de Finanças.

Ora, Senhor Presidente, Vossa Excelência, Vossa Excelência citou, há pouco, a lei, por sinal, está no Relatório do nobre Relator da Comissão de Finanças: § 6º do art. 4º da Lei nº 4.595 que diz que, "em obediência encaminhada ao Senado".

Confesso, e preciso penitenciar-me disto: ainda não estou afeito ao Regimento do Senado e ainda tenho de memória, passados seis anos, o Regimento da Câmara dos Deputados. Acredito que, no caso, o que estava estabelecido para a Câmara Menor está para a Maior. É que, todas as vezes que se submetia à apreciação da Casa um projeto, desde que ele citasse leis, as proposições faziam-se acompanhar do texto pelo menos das citações. Assim, não sabemos realmente em obediência a que texto, a que lei, a que parágrafo, a que artigo é que o Conselho Monetário Nacional encaminhou o relatório ao Congresso.

Tomaria, portanto, a liberdade de sugerir a Vossa Excelência, já que daqui por diante vamos pedir relatórios em número suficiente, que também os avulsos se fizessem acompanhar das citações legais, quando são invocados determinados artigos de determinadas leis.

Declaro a Vossa Excelência que, da minha parte, não sei absolutamente o texto deste parágrafo, não sei a que estamos sendo chamados.

Diz V. Ex.ª também, com muita propriedade, que devemos ser chamados para arquivar. É evidente que não seria para devolver. Mas admito que fosse para debater.

Já que não seria elegante de uma parte, nem justo, nem jurídico que devolvêssemos um relatório votássemos por sua devolução. Então, queremos saber por esta lei, parágrafo, ou artigo, qual a alternativa que nos restaria na apreciação de matéria desta natureza.

lei, um artigo, um parágrafo que determinou isso, não foi exclusivamente para que uma comissão — a de Finanças, a de Economia ou qualquer outra — se reunisse e o relator tivesse o trabalho de ler 200 páginas e depois opinássemos pelo arquivamento, ficando, no caso, exclusivamente para o relator o privilégio de analisar este relatório.

A mim quer-me parecer, Sr. Presidente, que temos ali uma radiografia da política monetária e da política creditícia no ano passado. Já são escritas 200 páginas, trabalhadas, debatidas, exclusivamente com a finalidade de sair diretamente do Conselho Monetário, passando por uma Comissão, onde um relator estudou a matéria para em seguida, ir para um arquivo. Há qualquer coisa errada ou omissão na lei ou no nosso sistema de trabalho, no meu modo de ver, aqui venia. Vê V. Ex.ª que, se vamos tomar conhecimento, vamos dar uma chance. O Senado tomará conhecimento, dentro de alguns minutos, deste relatório do Conselho Monetário Nacional, de duzentas e tantas páginas. Então vamos dar uma chance qualquer. No caso, "arquivar-se"

A matéria vai para o que se chama em Arquivo — o "arquivo morto". O assunto está liquidado, não se cogita mais de matéria. Vai para o cemitério dos estudos este, no caso muito importante, porque vem dar contas, não a nós individualmente, mas a Nação, do que foi a política monetária e de crédito do Governo passado.

Respeito todos os integrantes da Comissão, sobretudo o meu amigo pessoal, Senador Carlos Lindemberg. Mas verificamos que, como todos os relatórios, este está dividido em duas partes, como todo parecer: relatório e opinião ou parecer. Verificamos então que, no avulso, somente nas dez últimas linhas é que há uma opinião. Vemos na última dez linhas. O mais é uma exposição resumidíssima, como não poderia deixar de ser. As páginas, resumidas em "cinquenta ou sessenta linhas! Diz assim, conforme foi lido pelo nobre Senador Aurélio Vianna:

"Realmente, a exposição do Conselho Monetário Nacional mostra que a situação monetária e creditícia do País desenvolveu-se em ritmo encorajador. Deve estar faltando aqui alguma coisa, porque diz "ano passado".

... e desautoriza as informações pessimistas que, constantemente, são levadas ao domínio público".

Ora, Sr. Presidente, devo declarar que tenho formado, por inadvertência possivelmente, neste cortejo dos pessimistas, porque tenho ouvido todos os industriais do Brasil dizerem que outra coisa não têm feito, nos últimos anos, do que o que eles chamam o trottoir bancário. Não podem, sequer, tratar da administração das suas empresas devido à falta de capital de giro. Não havia crédito, e todos nós sabemos o que foi a fome de crédito durante esse período. Se esse relatório, conforme quero crer, veio nos demonstrar que a "situação monetária e creditícia do País desenvolveu-se em ritmo encorajador, no ano passado, e desautoriza as informações pessimistas que, constantemente, são levadas ao domínio público" acho que todos nós temos interesse em ler esse documento, porque a maioria de nós, pelo que tenho ouvido aqui, sobretudo é inclusive de homens da ARENA, tem pensamento justamente contrário. Temos visto homens das classes produtoras, da indústria, da agricultura, da pecuária, do comércio, todos eles num hino coral reclamando contra a política creditícia do Governo, sobretudo no ano de 1966.

Perguntaria, pois a Mesa, caso tivesse cabimento a pergunta, sob o ponto de vista regimental: o que vamos fazer? Nós vamos mandar arquivar? É isso que nos autoriza o parágrafo 6.º do art. 4º da Lei 4.595? Ele só permite arquivar? Não nos permite entrar em análises mais profundas? Não permite sugestões, críticas?

Uma vez que estou convencido de que a lei nos permite fazer sugestões, mas se não podemos nem isto fazer, quero me valer de um artigo que, como disse, espero esteja em vigor no Regimento Interno da Casa para deixar de votar por não conhecer a matéria. Não estou em condições de votar porque, infelizmente, tudo quanto sei em matéria de política financeira, monetária, creditícia, não corresponde às conclusões a que vamos chegar, dentro de pouco. E, ao mesmo tempo, acho que a Nação não vai compreender como se reúne o Senado para estudar um relatório e, depois, sem maiores esclarecimentos, opinar exclusivamente pelo arquivamento.

Nestas condições, se na verdade o Regimento Interno da Casa me permitir não votar, abster-me-ia de

zê-lo por desconhecer a matéria, por não ter estado presente, como seria de meu dever, por ocasião da discussão que é que quando eu teria o direito realmente me esclarecer.

Não tendo assistido a esta sessão, louvando-me exclusivamente nesta conclusão, volto a repetir, sem nenhuma desaprobção, a

da Comissão de Finanças e muito mais, ao meu colega e amigo, Senador Carlos Lindemberg, não estou em condições de votar. Agora, se for obrigado a votar, votarei contra, sem saber contra quê, sem saber o que poderia recomendar além de arquivamento. De maneira que estou em inteira perplexidade. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — O parágrafo 6º do artigo 4º da Lei 4.595 diz o seguinte:

"O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do país no ano anterior, no qual descreverá, minudentemente, as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei, justificando, destacadamente, os montantes das adoções de papel-moeda que tenha sido feito para atendimento das atividades produtivas."

Apenas isso diz o § 6º, do Art. 4º, da citada lei.

Regimentalmente, nobre Senador Mário Martins, não temos recursos no instante em que estamos votando o parecer da Comissão, para a retirada da matéria. Teremos que votá-la.

V. Ex.ª, por exemplo, referiu-se ao fato de o texto desta lei não ter sido incluído no parecer.

Lembro a V. Ex.ª que, pelo Regimento, fazemos essa exigência apenas na apresentação de projetos de leis, quando esses projetos alteram outras leis ou as mencionam, de qualquer forma.

Estamos, portanto, nesta situação: a conclusão é pelo arquivamento. O arquivamento é apenas do ofício encaminhando o relatório e o parecer da Comissão. O relatório propriamente, vai para a Biblioteca, onde fica à disposição para leitura.

Verificamos, pelo debate no encaminhamento da votação que a matéria é viva. De sorte que permitirá ao nobre Senador tomar ciência da providência da Mesa, solicitando ao Conselho Monetário Nacional o envio de exemplares para conhecimento dos Senhores Senadores. A matéria é vasta e parece de extrema utilidade para o estudo e os debates que se seguirem este ano.

Não temos mais outro remédio regimental senão o de votar o parecer da Comissão.

O SR. JOSAPHEAT MARINHO:

(Pela ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejaria apenas um esclarecimento: foi o relatório encaminhado ao Senado publicado no Diário do Congresso?

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Não foi publicado exatamente pela extensão da matéria.

O SR. JOSAPHEAT MARINHO:

Mas V. Ex.ª acaba de declarar — e eu respeito evidentemente a decisão — que já não há que fazer, a esta altura do encaminhamento da matéria ora em fase de votação. Mas, ao que parece, a matéria é que não poderia ter sido incluída na Ordem do Dia. A presunção é a de que, ao menos pela publicação do Diário do Congresso, os Srs. Senadores poderiam tomar conhecimento do relatório. Se o relatório é encaminhado ao Senado o é.

oportunamente, para apreciação dos seus membros. E vai a uma Comissão e esta oferece parecer, tocando comentários em torno do que foi relatado, é evidente que o Plenário só pode aceitá-lo ou recusá-lo ou, apenas, apreciar as alegações dele constantes.

E não fosse para conhecimento do Senado, não havia por que encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Então, o Senado vai aceitar o parecer, sem conhecer a substância a que ele se refere.

Não sei se V. Exa. ainda está em condições de qualquer outra decisão. Quero apenas assinalar que há impossibilidade de apreciar-se a matéria dado o total desconhecimento, pela unanimidade dos Srs. Senadores, salvo o eminente autor do pronunciamento sobre o relatório ora submetido ao Plenário.

Parece que, pelo menos para hipóteses futuras, chegando a matéria ao Senado, deve ela ser publicada pela forma que parecer mais própria, contando que os Srs. Senadores tomem conhecimento. Do contrário, não tem sentido o alarde da lei. O relatório seria encaminhado ao Senado apenas para o seu recolhimento à nossa biblioteca, e, assim, estaríamos transformando a nossa biblioteca em museu de peças desconhecidas, o que não é próprio, o que não é adequado.

Quero apenas, com estas observações, antecipar a declaração que farei em seguida, se a matéria for votada, sobre as razões pelas quais não posso, sequer, tomar conhecimento do parecer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Lembro ao nobre Senador Josaphat Marinho que o ofício foi publicado em sùmula. Foi igualmente publicado o parecer da Comissão de Finanças, que teve como Relator o Senhor Senador Carlos Lindenberg. A Comissão, por certo, se tivesse considerado interessante qualquer providência, particularmente a da publicação integral do relatório, tê-lo-ia feito.

Lembro mais ao Senhor Senador Josaphat Marinho que a matéria esteve, ontem, em debate. A Mesa não viu, da parte de nenhum dos Senhores Senadores, interesse em debater o assunto. O Regimento Interno nos prende, a Mesa e o Plenário, de sorte que prosseguirei na votação do Parecer da Comissão de Finanças.

O SR. AURELIO VIANNA

Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, V. Exa. declarou que o ofício iria ao arquivo e o relatório do Conselho Monetário Nacional, à Biblioteca.

Mas a conclusão do parecer é outra:

"Dado conhecimento à Comissão, opinio pelo arquivamento do relatório do Conselho Monetário Nacional."

Ora, arquivo é sepultura, arquivo é estático; biblioteca é dinâmico, biblioteca é vida.

Quando uma matéria vai ao arquivo, vai à sepultura. Tanto há diferença fundamental que V. Exa. irá encerrar, no parecer sobre a segunda proposição da Ordem do Dia, a seguinte conclusão: (Lê)

"Em documentos desta natureza, manda a praxe legislativa que o parecer seja inerentemente enunciativo, o que esperamos ter alcançado, a despeito dos comentários que julgamos oportuno e inadiável fazer. Nada impede, po-

reia, que, ao opinarmos pelo arquivamento do ofício, e a remessa do original da exposição à Biblioteca da Casa, consignemos..."

No parecer sobre o relatório do Conselho Monetário Nacional, a conclusão é pelo arquivamento do ofício e pelo envio, à Biblioteca, do original daquele Conselho. No primeiro caso é pelo arquivamento do original, pelo arquivamento do relatório. E' o que estamos discutindo, sobre o que estamos tecendo alguns comentários.

Então o que vai para o Arquivo no caso vertente? E o ofício do Conselho Monetário Nacional ou é o relatório? Ou então Arquivo e Biblioteca são a mesma coisa?

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Realmente, a conclusão do parecer da Comissão de Finanças é pelo arquivamento do relatório do Conselho Monetário Nacional. Mas o relatório irá de qualquer forma para a Biblioteca. E mesmo que fosse para o Arquivo, apesar de sempre o considerarmos coisa morta, é um elemento permanente, sempre à disposição para consultas.

Em votação o parecer da Comissão de Finanças, que é pelo arquivamento do Relatório.

Os Srs. Senadores que concordarem com o parecer da Comissão queiram permanecer sentados (Pausa). O parecer foi aprovado, com a declaração de abstenção da votação, dos nobres Senadores Aurélio Vianna, Josaphat Marinho e Mário Martins, por conhecimento da matéria.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 280, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício nº 1/67, de 31 de março de 1967, do Ministro da Fazenda, encaminhando relatório do Conselho Monetário Nacional, relativo à situação monetária e creditícia do País no exercício de 1966.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

Em obediência ao disposto no § 6º, do art. 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Ministro da Fazenda, na qualidade de Presidente do Conselho Monetário Nacional, encaminhando ao Congresso, através do Ofício nº 1-67, de 31 de março de 1967, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País, no exercício de 1966. São descritas as providências adotadas, com as repercussões nos diferentes setores da economia brasileira, dividindo-se a exposição em duas partes: I) evolução da situação econômica e monetária; II) fundamentação das medidas adotadas.

Relativamente às providências tomadas, o documento focaliza: a) política financeira interna; b) política financeira externa; c) manutenção da liquidez e solvência das instituições financeiras.

O relatório mostra que a economia brasileira teve "desempenho satisfatório", em 1966, embora o Governo fosse obrigado a "tomar medidas de saneamento financeiro externo e interno". Assinala o avanço da produção industrial, a expansão das exportações e a elevação das inversões públicas e privadas, mostrando, ainda, que a produção agrícola foi insatisfatória.

Merece destaque o fato de que verificou-se em 1966, pelo terceiro ano consecutivo, superavit no balanço de pagamentos do País, consequente do saldo favorável do balanço comercial e da maior entrada líquida de capital autônomo. O superavit do ano passado ascendeu a 152 milhões de dólares.

Quanto à elevação do custo de vida, em 1966, diz o Conselho Monetário que tal "reflete o declínio assinalado na produção agrícola", en-

quanto o aumento do meio circulante resultou das exigências das atividades econômicas em geral.

Na análise que faz, o relatório ocupa-se, ainda, do seguinte: operações em bens e serviços, operações de débito e crédito com entidades públicas e intermediários financeiros (redesconto bancário, recolhimentos compulsórios sobre depósitos bancários), política de empréstimos do Governo à indústria, ao comércio e à agricultura; operações com organizações do País e com as autoridades monetárias de outros países, organismos internacionais e outras entidades financeiras sediadas no exterior. Trata, finalmente, da liquidez e solvência das instituições bancárias.

Realmente, a exposição do Conselho Monetário Nacional mostra que a situação monetária e creditícia do País desenvolveu-se em ritmo encoajador, ano passado, e desautoriza as informações pessimistas que, constantemente, são levadas ao domínio público.

Dado conhecimento à Comissão, opinio pelo arquivamento do relatório do Conselho Monetário Nacional.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1967. — José Ermirio, Presidente eventual — Carlos Lindenberg, Relator — Teotônio Vilela — Júlio Leite — Daniel Krieger — Pessoa de Queiroz — José Leite — Fernando Corrêa.

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondim)

Item 2º:

Votação, em turno único, do Parecer nº 311, de 1967, da Comissão de Economia sobre o ofício número 1.363, de 23-11-66, pelo qual o Presidente do Conselho Nacional de Economia encaminha a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965 (Parecer pelo arquivamento).

Estamos na mesma situação do item anterior. O parecer, como vimos, é pelo arquivamento apenas e a Comissão que apreciou a matéria fez dirigir o relatório para a Biblioteca. Como a discussão deste parecer, pelo arquivamento, foi encerrada, ponho a matéria em votação nas suas conclusões.

Em votação o parecer. (Pausa).

O SR. ARCEMIR DE FIGUEIREDO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. ARCEMIR DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, ouvi o debate entre os eminentes Senadores a respeito do destino que se devia dar, ou da opção — se é que se pode chamar opção, no caso — diante da conclusão do relatório apresentado no caso anterior cuja questão é idêntica à atual.

Devo dizer a V. Exa. que, com a mesma surpresa dos eminentes Senadores, temos relatado, na Comissão de Finanças, inúmeros relatórios idênticos a esses, no tocante ao movimento econômico e financeiro da SUDENE.

Não há, no Regimento, nem em lei ordinária, a faculdade de se examinar, de se discutir de se impugnar aquilo que está no passado. Digamos por exemplo, o caso da SUDENE, o caso da política monetária e este que está agora em debate. Os relatórios vêm ao Senado. Pergunta-se: Para quê? Esta é a pergunta que se faz.

Vem o relatório de uma situação passada, de uma situação de fato, de prestação de contas a cargo dos órgãos competentes. Na verdade, o Senado fica em dificuldade para impugnar. A política monetária do Governo é essa que se refere ao ano de 1966.

Para que vem ao Senado? Vem, naturalmente, diante da omissão das leis, para que os Srs. Senadores, tomando conhecimento daquilo que ocorreu no passado, dos dados verificados no relatório que nos é apresentado, possam apresentar críticas em relação à política monetária adotada no Governo anterior. De modo que chegar ao conhecimento do Senado é uma necessidade, e o documento vem. Mas a função do Senado é restrita, no exame da matéria, por quanto o Senado não é o órgão competente para receber prestação de contas, nem da SUDENE, nem dos órgãos da política monetária, nem do outro qualquer especializado no assunto. Mas nada impede que, diante do relatório apresentado, qualquer dos Srs. Senadores procure, através dos meios legais, comentar, analisar, criticar, censurar a política monetária do Governo e sugerir medidas modificativas dessa orientação.

A mesma coisa ocorre com a SUDENE. Vem o relatório com prestação de contas, sem documentação alguma, porque a lei determina que seja apresentado ao Congresso Nacional. A nossa função seria apenas tomar conhecimento e opinar — não há outra solução — pelo arquivamento, cabendo, entretanto, a qualquer dos Srs. Senadores o direito de impugnar parcelas de contas, se porventura verificar ou duvidar que sejam verdadeiras; de pedir informações e, de certo modo, dar um pouco de vitalidade a isso que nos parece coisa morta.

Na verdade, quando a lei manda que estes relatórios sejam apresentados, é para que o Congresso fique orientado sobre qual a política monetária do Governo, sobre a política adotada pela SUDENE e possa, através de meios legais, modificar a orientação que vem sendo tomada. Se, com relação a cifras, houver dúvidas, nada impede que qualquer Senador solicite informações adequadas na espécie, como orientação competente.

Nestas condições, a Comissão de Finanças não tem outro caminho se não seguir a praxe adotada, que no caso da SUDENE, quer no caso da política monetária: tomar conhecimento e pedir arquivamento. Se os Srs. Senadores especializados na matéria acharem que devem modificar esta orientação, o meio próprio, data venia, é o projeto de lei.

Sou ligado à SUDENE, vivi o problema do Plano da SUDENE aqui, fiz inúmeros discursos a respeito e quando nos chegou a relatório na Comissão de Finanças, não se tinha outra coisa se não cifras, prestações de contas de uma situação passada irremediável, portanto, para qualquer providência por parte dos Srs. Senadores.

Estas palavras vêm apenas em defesa da Comissão de Finanças que, até hoje, não tem tido outro caminho se não o de opinar pelo arquivamento de matérias que se referem a coisas passadas, como, no caso, a política adotada no setor da SUDENE, no setor da política monetária.

Tendo sido esta orientação da Comissão de Finanças, Mas a qualquer Senador cabe o direito de, através de projeto de lei ou através de seu direito de crítica, comentar os dados, pedir informações aos órgãos competentes antes do julgamento. Agora, por exemplo, não sei se seria regimento. Se há dúvida em relação à aprovação desta matéria, perguntaria se não seria possível aos interessados solicitar o adiamento ou retirada da Ordem do Dia dessa matéria para que qualquer dos Srs. Senadores interessados pedisse as informações que julgasse convenientes, para melhor conhecimento de causa, na votação que se faz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AURELIO VIANNA

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA

(Pela ordem. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, no parecer aprovado pela Comissão competente sobre o projeto que está em votação, há um trecho muito significativo:

"Há ainda no trabalho do Conselho advertências expressivas nem sempre convenientemente analisadas pelos demais setores interessados no País. Aliás, é comum no próprio Congresso não nos determos na apreciação do conjunto de informações que nos são submetidas, relegadas quase sempre ao arquivamento sem comentários."

Como vamos nos deter no exame de uma matéria cuja substância desconhecemos?

Recebemos uma crítica, nós do Congresso Nacional, porque não examinamos aquelas relatórios, aquelas informações que nos são prestadas pelo Poder Executivo e, ao mesmo tempo, ficamos na impossibilidade de fazê-lo, porque essa matéria não nos é distribuída, sequer publicada.

Por que razão aqueles que nos informam por serem obrigados a fazê-lo, não enviam a todos os Senadores as suas prestações de contas, os seus relatórios, as suas informações? Ai, ninguém poderia reclamar.

Ora, não se conclui muita vez apenas pelo arquivamento de uma matéria, pelo envio dessa matéria à biblioteca. Conclui-se muitas vezes pela aprovação da política do Governo.

"Realmente, a exposição do Conselho Monetário Nacional mostra que a situação monetária e creditícia do País desenvolveu-se em ritmo encorajador no ano passado e desautoriza as informações pessimistas que, constantemente, são levadas ao domínio público."

Ora, é uma crítica direta e indireta, por via de consequência, mas uma crítica à atuação daqueles que condenam a política monetária, a política econômica, a política creditícia, a política social, a política financeira do Governo. Então, estamos sacra-

mentando a crítica. Este é que é o ponto do qual não podemos fugir.

Neste outro caso, verificamos que a situação do País não é aquela tão louvada pelos poderes públicos.

Leiamos este trecho:

"Observando os resultados alcançados nos anos extremos de 1939 a 1965, vê-se que viemos perdendo, desde 1944, posição de superadores de mais de 62% das importações mundiais, caindo para menos de 30% do contingente global importado no ano passado (1966). Tomando por base de comparação o ano de 1939, igual a 100, tivemos o índice 81 ao final de 1965 representando as exportações brasileiras e o índice 175, as importações mundiais. Em palavras, enquanto nossa contribuição para as importações mundiais de café caiu de 19%, os mercados importadores do produto absorviam 75% a mais em 1965, relativamente ao início do período focalizado, ou melhor, o ano de 1939. Verifica-se, por conseguinte, que, enquanto cada vez mais estamos sendo deslocados por outros produtores de café, no suprimento do mercado mundial, paralelamente, caminhamos para uma superprodução, em ritmo mais acentuado do que no conjunto com nossos concorrentes. Nas três últimas safras, enquanto a produção mundial exportável aumentou de 11,4% a do Brasil teve um incremento de 55,1%."

Como dizer-se que a situação econômica deste país, nestes últimos anos de Revolução, é boa, é ótima e que desafia qualquer crítica? E este é um pequeno trecho do relatório que foi estudado pelo nobre Senador Júlio Leite. Mas não foi só o café. O relatório frisou que teríamos de pagar, em decorrência das dívidas contraídas pelo Brasil no exterior, mais de um bilhão de dólares.

Textualmente:

"A nova posição, em 30 de setembro de 1965 aponta um incremento da dívida externa (inclusive juros), da ordem de 492,9 milhões de dólares (mais 12,7%). Excepcionalmente, a redução de dívidas vencidas a curto prazo, registram-se aumentos generalizados nos demais itens. Proporcionalmente, o maior crescimento verificou-se na parcela correspondente ao pagamento de juros (mais 48,8%)."

Aqui está:

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL

Composição do Principal e dos Respectivos Juros (+)

(Em milhões de Dólares)

Discriminação	Principal	Juros	Total	% dos juros s/ principal
Emp. comerciais	1.246,5	343,8	1.590,3	28,0
Financ. Externas específicas	1.373,9	423,8	1.897,7	35,9
Aquls. Fundo AMFORP	—	—	—	—

E aqui vem o célebre acervo da AMFORP, dessa operação que combalamos durante meses, combalamos quando teve início no Governo anterior a revolução — a denominada revolução — e durante as operações que culminaram com a compra do acervo da "AMFORP".

Mrs. continuando, verificamos: — (Lendo)

"... principal: US\$ 140.400.000"

E agora, Srs. Senadores:

"Juros: US\$ 178.200.000"

Devemos mais de juros do que do principal. Eis a bela operação que fazemos a favor dos grupos internacionais, dos monopólios internacionais que nos exploram desde épocas imemoriais.

"Porcentagem de juro sobre o principal: 126,9%."

É isso que o povo brasileiro está pagando.

Em síntese, para um principal de US\$ 2.321.600.000 temos de pagar, de juros, US\$ 1.055.700.000. Está no relatório. E o Conselho Nacional de

Economia foi extinto. Foi extinto (esse Conselho que prestava contas aos brasileiros ao povo brasileiro). Foi extinto, não podia permanecer, não podia continuar por que os seus relatórios eram assim, fiéis, claros, objetivos, podiam ser analisados, lidos e revidados. Havia falhas, como é natural que haja em todas as organizações humanas.

Mas ele concluiu:

(Lendo)

"A dívida decorrente da aquisição da AMFORP é a que, proporcionalmente, absorverá maior parcela de juros durante o período assinalado, sendo de 126,9% sobre o principal."

E conclui pelo arquivamento do ofício e o envio da exposição à Biblioteca da Casa.

E' pouco mais ou menos isso mesmo: enviar o relatório a casa Senador, para que do relatório cada qual tomasse conhecimento, sem que nos envolvessem na responsabilidade de um muito conhecimento, sem que nos envolvessem de aprovar parecer, que contraria a nossa opinião, sobre a política econômica e financeira e, às vezes, social do País.

Confesso que pretendo ler a exposição, aquela sobre a qual estamos dizendo algumas palavras, porque fui despertado pelo discurso do nobre Senador Júlio Leite, exposição aprovada pela Comissão de Economia do Senado da República.

Em síntese: de qualquer maneira as Comissões não mereceram nem estar merecendo, de nossa parte, qualquer restrição. De modo nenhum! Mas porque se trata de matéria desta importância, que inclusive valoriza as próprias Comissões que sobre ela opinaram, é que não podíamos deixar de mencionar, de expressar, de dizer o que pensamos a respeito de relatórios, quando no parecer de um dos relatores, parecer aprovado pela Comissão, há uma crítica, porque não existe uma análise dos relatórios ou das exposições que são feitas, que são apresentadas pelo Poder Executivo à consideração de um Congresso cujos poderes vêm sendo diminuídos dia após dia, de um Congresso cujos poderes vêm sendo subtraídos, como o foram quando da votação da Constituição que está vigindo atualmente.

Porque, na verdade, os poderes do Congresso Nacional foram reduzidos, e desejo que não o sejam mais ainda. Todo poder sobre iniciativa de projetos que tratam de finanças neste País foi transferido para o Executivo, retirado do Congresso Nacional, mais precisamente da Câmara dos Srs. Deputados, e é de tal modo expresso o dispositivo constitucional que já há Comissões que admitem que nem mesmo — e admitem porque a Constituição é clara — podem ser alterados os montantes, a não ser para que sejam diminuídos, contidos naquela mensagem sobre matéria financeira que é da competência do Executivo.

Então, Sr. Presidente, não conhecemos também a matéria, que foi enviada a uma Comissão — e volumosa, portanto não foi publicada — por isso mesmo — e como uma consideração ao próprio Poder só podemos tomar aquela atitude que tomamos quanto à primeira matéria.

Eu falo aqui "podemos" na primeira pessoa, quero dizer, só posso tomar esta atitude, porque é um caso pessoal, que não tem implicações partidárias, é uma questão de consciência que tomei quase que influenciado pelas palavras do Senador Mário Martins e que vou adotar de agora em diante, toda vez que vierem essas matérias de grande importância para nosso pronunciamento. Quando a desconhecemos, quando não pudermos ter uma idéia do que elas contêm, então, a porta de saída é mesmo essa: nos eliminarmos da votação, por desco-

nhecermos a matéria que se discute, na sua essência e na sua substância. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Estamos exatamente na mesma situação da matéria anterior.

Por isso, aproveito para responder ao Senador Argemiro de Figueiredo, que essa matéria acha-se em fase de votação e estamos presos ao problema, impossibilitados, portanto, de retirá-la da Ordem do Dia.

O SR. AURELIO VIANNA

Não estamos pedindo isso.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Senador Argemiro de Figueiredo o fez. Antes de voltar a submeter a matéria à votação, quero lembrar aos Srs. Senadores que assim conclui a Comissão de Economia que apreciou o relatório:

Regimentalmente, cabe a esta Comissão a apreciação do relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Economia, já extinto desde 15 de março do corrente ano. Em documentos desta natureza, manda a praxe legislativa que o parecer seja meramente enunciativo, o que esperamos ter alcançado, a despeito dos comentários que julgamos oportuno e inadiável tecer. Nada impede, porém, que, ao opinarmos pelo arquivamento do ofício, e a remessa do original da exposição à Biblioteca da Casa, consignemos nosso voto de louvor aos Conselheiros, técnicos e funcionários do Conselho, não só pelo valor intrínseco do documento, mas sobretudo pela importante contribuição que o Conselho Nacional de Economia deu ao País durante mais de 20 anos, e de que é prova este fundamentado Relatório.

Portanto, Senhores Senadores, está em votação o Parecer da Comissão de Economia, pelo arquivamento. (Pausa.)

O SR. MARIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. MARIO MARTINS:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desta vez, ao contrário da anterior, falo com conhecimento da matéria mas exclusivamente pela circunstância de que, sendo da Comissão de Economia, tive a felicidade de ouvir o brilhante parecer do Relator, para o que se fez acompanhar da leitura, constantemente, de vários trechos do Relatório.

Acrescente-se a isso a circunstância de o Senador Júlio Leite no caso Relator, ter vindo a plenário antes de a matéria ser submetida à apreciação, fazer um discurso chamando a atenção do Plenário para o assunto e submetendo-o a um debate.

Não temos outra alternativa, ter de arquivar o Relatório, mas no presente caso, ao contrário do outro, tive oportunidade, como membro da Comissão, de tomar conhecimento da matéria.

Fiquei impressionadíssimo com o Relatório. E, segundo as palavras do Senador Aurélio Vianna após se ler esse relatório, fica-se realmente sem compreender como, sob o ponto de vista de interesse do País, se introduziu nesse novo diploma constitucional, nas disposições transitórias, se não me engano um artigo extinguindo o Conselho Nacional de Economia que elaborava um trabalho desta ordem, que examinava a ma-

téria, que, realmente, assessorava todo o País em matéria de economia.

É evidente que sabemos porque se introduziu esse artigo suprimindo o Conselho Nacional de Economia. É porque, conforme foi lembrado pelo nobre Senador Aurélio Vianna, o Conselho era um órgão independente. Muito embora tivesse membros nomeados pelo Governo passado, esses mesmos representantes do Governo passado constantemente se insurgiam contra deliberações do Governo de então. O Governo chegou à conclusão de que, mesmo tendo inflacionado e onerado com elementos seus o Conselho Nacional de Economia, não pôde se libertar da crítica autorizada e profunda do Conselho com relação à política econômica e financeira do País, e então achou mais prático, para evitar aquela voz incômoda, eliminar aquele órgão, talvez o único criado pela Constituição de 1946.

De modo que, no Parecer, o Relator não só analisou pontos mais gritantes do Relatório como convém lembrar que ele abundou em matéria de relevação, acentuando que este relatório ainda era referente a 1965, e não a 1966.

Mesmo assim o Conselho fez questão de apresentar grande análise e a Comissão de Economia de fazer a sua abstenção no caso. Presente a este último, ao contrário da vez anterior, estou habilitado a dar meu voto que, não podendo ser outro será pelo arquivamento. Acompanho o Relator, o que não poderia fazer no caso anterior, pois não sendo Membro da Comissão, não assisti à discussão e não estava em condições de votar.

Acompanho o voto do Relator. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra à guisa de encaminhar a votação para manifestar a minha total inconformidade com a explicação dada pelo eminente Senador Aurélio Vianna e afinal perflhada pelo nobre Senador Mário Martins no sentido de que a extinção do Conselho Nacional de Economia erigiu-se em sentimentos de vindita.

Alegaram os nossos dois eminentes colegas que a erradicação daquele colegiado se deu ao fato de operar sempre em termos de independência e de imparcialidade. Esta primeira parte é totalmente procedente, isto é, quando se homenageia o extinto Conselho classificando-o de órgão isento e independente. Mas as razões que conduziram o Congresso Nacional a extinguir-lo absolutamente não foram aquelas manifestadas pelos ilustres colegas.

Fui contrário à extinção daquele colegiado. Mas posso afirmar que, de maneira alguma, a inspiração do Poder Executivo se cifrou no desejo de punir atos de independência daquela Conselho. Porque, se assim fosse, os ilustres Conselheiros não teriam sido colocados, pela mesma Constituição, em disponibilidade remunerada até o término dos seus mandatos. Esta circunstância, por si só, caracteriza, como se outras tantas circunstâncias não bastassem, a total improcedência, a interpretação passionizada dos eminentes senadores Aurélio Vianna e Mário Martins. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Assim, será arquivado o ofício do Conselho Nacional de Economia, sendo a exposição geral da situação econômica do Brasil em 1965 encaminhada à Biblioteca.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 311, DE 1967

Da Comissão de Economia, sobre o Ofício nº SCP-1.363, de 23.11.66, através do qual o Presidente do Conselho Nacional de Economia apresenta ao Senado Federal a "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965".

Relator: Sr. Júlio Leite

Dando cumprimento ao que dispõe o art. 9º da Lei nº 970, de 16 de dezembro de 1949, o Conselho Nacional de Economia, extinto por força do artigo 181 da Constituição do Brasil, apresenta ao Senado Federal a "Exposição Geral Sobre a Situação Econômica do Brasil em 1965", a última confeccionada por aquele órgão colegiado.

2. Trata-se do 15º documento dessa natureza elaborado pelo CNE, nos vinte anos de sua existência, uma vez que a confecção desse relatório foi atribuída ao Conselho, a partir de 1950, pela citada Lei nº 970-49.

3. Integrado por eminentes economistas, que contribuíram com seu saber especializado na apreciação da conjuntura econômica e financeira nacional, ao longo desses quatro lustros de existência, foi o Conselho expandindo suas atividades, que, de simples caráter de consultoria dos Poderes Executivo e Legislativo, passaram a abranger toda uma série de úteis providências. Entre elas, cumpre destacar, além das exposições anuais, o Curso de Análise Econômica, em nível de pós-graduação e as excelentes monografias e ciclos de estudos sobre os problemas mais importantes da economia do País.

4. Tendo integrado o seu quadro de Conselheiros, encargo que muito me honrou, posso dar o meu testemunho pessoal sobre o empenho e a seriedade com que seu corpo técnico se dedicava às múltiplas tarefas que lhe eram cometidas, gerando um clima de profícuo devotamento à causa nacional. O seu plenário transformou-se, no decurso da existência do Conselho, em uma tribuna livre de debates, onde foram ouvidas as personalidades mais representativas da vida brasileira em quase todas as especialidades.

5. Foi em razão da importância adquirida no desenvolvimento de suas atividades que, ao findar o meu mandato, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek lá compareceu para defender o seu programa econômico e a política financeira do Governo. Esse verdadeiro fórum econômico trouxe ao debate, numa atividade que, ao findar o meu mandato, mas da maior importância para o País, como o da integração regional das economias.

6. Recordo-me que, ao completar dez anos de existência, ocasião em que, por desvanecedora coincidência, eu exercia a presidência desse órgão, fizemos editar um resumo de suas atividades, em cuja apresentação já me podia sentir a incompreensão que muitas vezes cercou a existência do Conselho. Com efeito, dizia-se nessa íntese:

"Depois de dez anos de existência, nem sempre muito bem compreendido, o Conselho Nacional

de Economia oferece aos Poderes Legislativo e Executivo, em particular, e a todos os brasileiros, em geral, um balanço de seus trabalhos.

Por meio de pareceres, sugestões, exposições, pesquisas dos seus órgãos técnicos e de depoimentos de figuras representativas da vida cultural e administrativa, o Conselho Nacional de Economia procurou nesse primeiro decênio de vida desincumbir-se da responsabilidade que lhe foi outorgada pela Constituição. Principalmente, guardou — e isto se impõe ressaltar — sempre uma linha de coerência inconfundível no que se relaciona às advertências sucessivas sobre a necessidade de não se comprometer o País com uma condenável displicência no combate à pressão inflacionária.

7. Entre os órgãos que compunham o Conselho, não se pode deixar de fazer referência ao Departamento Econômico, do mais alto nível técnico, ao Arquivo Econômico, que dispõe de inestimável acervo, e à Biblioteca especializada em Economia, seguramente a maior do País nesse setor. A Revista do Conselho, editada durante quase vinte anos, constituía um dos veículos mais categorizados na divulgação dos fatos da economia nacional e estrangeira.

8. Perante o seu Plenário depuseram eminentes personalidades nacionais e sobretudo autoridades estrangeiras da mais alta qualificação, entre as quais não podemos deixar de citar os Professores Alfred Sauvy, Jay Wiley, Wilhelm Gülich, Maurice Byé e Oswaldo Sünkel, o Sr. Paul van Zeeland, o Dr. Bernstein, o Padre Joseph Lebert, o Dr. Felipe Herrera, o Dr. Emile Rocha e o Senhor Jean Roche.

9. Os estudos e pareceres de maior relevância, que ascendem a milhares, incluíam assuntos como o Plano do Carvão Nacional, a industrialização da juta e do babaçu, inquérito sobre metais ferrosos e não-ferrosos; turismo, investimento de capitais estrangeiros no Brasil, criação do Banco Central e da indústria de fertilizantes; política açucareira, locação de imóveis e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, itens que, embora enumerados em caráter meramente indicativo, dão bem uma idéia da amplitude e da importância dos temas versados.

10. Na última fase de sua atuação, foram atribuídas ao CNE as mais relevantes tarefas no campo de sua especialização, cumprindo ressaltar a fixação dos índices de correção monetária instituídos por lei para diversas finalidades e a constante apreciação das medidas de caráter administrativo adotadas pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, às quais não faltaram críticas judiciosas e ponderados aplausos.

11. Eclético em sua constituição, abrangendo representantes das mais variadas tendências, o Plenário e os órgãos técnicos do Conselho puderam contribuir com valiosas sugestões para a melhor estruturação das medidas de caráter econômico e financeiro do País, das quais a exposição em apreço é um vivo testemunho.

12. Assim é que, destacando os resultados obtidos pelo Governo em 1965, acentua o Conselho na apresentação de seu Relatório:

"O fato mais significativo em 1965 foi não apenas a redução do desequilíbrio das contas do Governo Federal e da taxa de inflação (29,4% em 1965, contra 88,2% em 1946), mas, igualmente o prosseguimento, em escala mais acentuada, da nova sistemática na

cobertura do aludido deficit, com recursos provenientes da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro, substitutiva da emissão de papel-moeda.

Fato auspicioso a assinalar, em 1965, foi também a efetivação da reforma bancária, com a entrada em funcionamento, a partir de abril, do Banco Central da República.

Dentre os objetivos do PAEG, o setor externo apresentou, no exercício em exame, comportamento bastante satisfatório, com um saldo positivo na balança comercial de 499 milhões de dólares. As exportações somaram 1.595 milhões de dólares e as importações, 1.096 milhões de dólares. O balanço de pagamentos da União fechou com um superávit de 131 milhões de dólares, verificando-se acumulação de reservas no exercício de 329 milhões de dólares. Os resultados no balanço de pagamento, em 1965, foram os mais expressivos dos últimos anos."

13. Mas ao lado dessas constatações auspiciosas não faltam a análise do Conselho, as advertências que, na espécie, têm inteira procedência, já evidenciada no consenso geral. Neste sentido, diz o documento:

"A nova legislação fiscal e as medidas de caráter administrativo, que coíbem, drasticamente, a evasão e a sonegação de tributos, e estipulam a correção monetária para débitos fiscais, respondem, em boa parcela, pelo acréscimo do volume da receita.

Mas é preciso dizer-se que é bastante pesada, entre nós, a carga tributária, oferecendo riscos de distorções, tanto nas atividades, empresariais quanto no consumo da coletividade.

O Governo andaria muito acertado se desse o exemplo, promovendo uma reforma administrativa nos seus serviços, concomitantemente com a melhoria dos respectivos quadros de pessoal. A mecanização e a racionalização dos escritórios do Governo e o descongestionamento das repartições, mesmo sem a dispensa de excedentes, trariam economia, propiciariam melhores serviços e estimularia toda a economia, que muito depende da ação governamental. Nessa mesma ordem de considerações, não se pode excluir, outrossim, o incentivo às pesquisas em todos os campos da ciência, para cuja tarefa devem ser destinados os mais amplos recursos possíveis. Outra séria lacuna nacional, consoante já tem este Conselho ressaltado, é a carência de informações estatísticas. É certo que o fenômeno é comum aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, visto que a elaboração estatística requer aparelhagem técnica e humana dispendiosa. Está-se diante de um verdadeiro círculo vicioso: sem progresso econômico não existem boas estatísticas, e na falta destas não se pode programar, adequadamente, o desenvolvimento."

14. Além desses problemas de caráter institucional, que foram objeto de constantes pronunciamentos do Conselho, a exposição referente a 1965 resalta, ainda, relativamente ao exercício, fatos relevantes que merecem a atenção dos poderes públicos, quando assinala:

"Considerando os crescimentos setoriais da agricultura (10,7%); da indústria (1,6%) e dos serviços (2,8%), estima-se que a eco-

nomia brasileira teria evoluído à taxa de 1,7%.

O setor agrícola foi o que apresentou melhor resultado, com uma taxa de crescimento de ... 10,7% a.a., contra 1,3% verificada em 1964, embora tenha, para tanto, contribuído, substancialmente, a abundante safra cafeeira, que se destina, na sua quase totalidade, à exportação, dependendo esta, por sua vez, de circunstâncias aleatórias.

O setor industrial sofreu queda, pois, tendo crescido à taxa de 1,6% a.a., equivaliu, isto, a cerca de 30% da expansão ocorrida no exercício anterior (5,0% a.a.).

15. Os termos elevados e sóbrios que caracterizam os pronunciamentos do Conselho Nacional de Economia são um indicativo seguro do acerto de suas constatações, quase sempre confirmadas por outros órgãos governamentais dedicados ao problema econômico-financeiro. Referindo-se à produção agrícola, que em 1966, ao contrário de 1965, apresentou resultados negativos, o recente relatório do Conselho Monetário Nacional enviado ao Congresso afirma:

"A produção agrícola apresentou comportamento insatisfatório

em 1966, decorrente principalmente das condições climáticas desfavoráveis vigentes em boa parte do ano, que afetaram principalmente a produção das culturas agrícolas básicas, e, em menor grau, as das matérias-primas. Conforme dados estimados pelo Ministério da Agricultura, a produção agrícola apresentou, em relação a 1965 (ano excepcionalmente bom para o setor), decréscimo de 20,4%, que, excluída a produção cafeeira, do impacto preponderantemente externo, se reduz para 15,8%."

16. Há ainda no trabalho do Conselho advertências expressivas, nem sempre convenientemente analisadas pelos demais setores interessados do País. Aliás, é comum no próprio Congresso não nos determos na apreciação do conjunto de informações que nos são submetidas, relegadas quase sempre a um arquivamento sem comentários. A despeito do volume de utilíssimos dados constantes da exposição em apreço, não é possível, nos estritos limites deste parecer, cotejar cifras e comparar conclusões o que não impede, entretanto, que sejam trazidas ao conhecimento da Comissão algumas observações relacionadas

com o comportamento setorial de nossa economia.

17. Relativamente ao café, por exemplo, o documento do Conselho revela a preocupação que tem caracterizado eloquentes pronunciamentos feitos no Congresso, quando diz que:

"Observando os resultados alcançados nos anos extremos de 1939 a 1965, vê-se que viemos perdendo, desde 1944, posição de supridores de mais de 62% das importações mundiais, caindo para menos de 30% do contingente global importado no ano passado (1965). Tomando por base de comparação o ano de 1939, igual a 100, teremos o índice 81 ao final de 1965, representando as exportações brasileiras e o índice 175, as importações mundiais. Em outras palavras, enquanto nossa contribuição para as importações mundiais de café caiu de 19%, os mercados importadores do produto absorviam 75% a mais em 1965, relativamente ao início do período focalizado, ou melhor, o ano de 1939.

Verifica-se, por conseguinte, que, enquanto cada vez mais estamos sendo deslocados por outros produtores de café, no suprimento do mercado mundial, paralelamente, caminhamos para uma superprodução, em ritmo mais acentuado do que no conjunto com nossos concorrentes. Nas três últimas

safras, enquanto a produção mundial exportável aumentou de 114%, a do Brasil teve um incremento de 55,1%." (O grifo é do original.)

18. Como a confirmar a preocupação do CNE, e mais do que isso, a atualidade de suas observações, os jornais do dia 4 do corrente publicaram as advertências do Diretor Executivo da Organização Internacional do Café aos países produtores, em que essa autoridade assinala a "ação reticente das rigorosas restrições inerentes à limitação das exportações e relativamente ao acúmulo de excedentes". E' dessa mesma notícia a informação de "estarem multiplicando-se os indícios de que os membros da organização não adotaram indefinidamente as referidas medidas", assim como a afirmação de que "a menos que sejam tomadas medidas corretivas, os estoques continuarão aumentando nos cinco próximos anos a um ritmo médio anual de cerca de dez milhões de sacas".

19. Não se pode deixar de fazer referência, ainda, ao Capítulo referente ao endividamento externo do Brasil, em que o Conselho faz um confronto das situações existentes, respectivamente, em 31 de dezembro de 1963 e 30 de setembro de 1965, com a seguinte discriminação:

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL

Em US\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	Posição em 81-12-63	Posição em 30-9-65	Variação s/ período anterior	
			Números	%
Empréstimos compensatórios	1.009,8	1.246,5	+ 236,7	+ 23,4
Financ. projetos específicos	1.267,0	1.370,9	+ 112,9	+ 8,9
Outras dívidas	908,9	718,3	- 190,6	- 21,0
Juros	683,1	1.017,0	+ 333,9	+ 48,8
TOTAIS	3.868,6	4.361,7	+ 492,9	+ 12,7

Fonte: Banco Central

Fazendo notar que o montante de juros a serem pagos em decorrência dessas dívidas atinge a mais de um bilhão de dólares, assinala o Conselho:

"A nova posição, em 30 de setembro de 1965 aponta um incre-

mento da dívida externa (inclusive juros), da ordem de 492,9 milhões de dólares (mais 12,7%). Excetuando-se a redução de dívidas vencidas a curto prazo, registraram-se aumentos generalizados

nos demais itens. Proporcionalmente, o maior crescimento verificou-se na parcela correspondente ao pagamento de juros (mais 48,8%). (O grifo é do original.)

E' ainda ilustrativa da isenção do

Conselho a apreciação feita à folha 158, sobre a composição de principal e dos respectivos juros decorrentes do endividamento externo expressa no seguinte quadro:

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL

Composição do Principal e dos Respectivos Juros (+)

(Em milhões de Dólares)

DISCRIMINAÇÃO	Principal	Juros	Total	% dos juros s/principal
Empréstimos compensatórios	1.246,5	348,8	1.595,3	28,0
Financ. projetos específicos	1.379,9	488,8	1.868,7	35,9
Aquis. acervo AMFORP	140,4	178,2	318,6	126,9
S'acórdos protelação atrasados do petróleo	64,8	3,2	68,0	4,9
TOTAIS	2.831,6	1.055,7	3.887,3	35,9

Fonte: Banco Central

(+) — Posição em 30-9-65. Exclui "Massa Flutuante e Pronto da Vendido".

O qual se completa com o seguinte comentário:

"A dívida decorrente da aquisição da AMFORP é a que, proporcionalmente, absorverá maior parcela de juros durante o período assinalado".

sendo de 126,9+ sobre o principal.

20. Não sendo recomendável estender as citações do texto, não se pode deixar de observar que o documento é um valioso repositório de informações, dados e cifras, cuja análise deve ser feita criteriosamente por quantos se interessam pelo andamento das providências adotadas pelo Poder Público. Evidencia-se, desde logo, ao lado de um elevado padrão técnico, uma constante e perceptível preocupação com os fatores positivos de nossa economia e com as medidas consideradas inadequadas, às quais o Conselho não poupa reservar. Do conjunto de seu trabalho ressalta, contudo um evidente patriotismo, por todos os títulos elogiável.

21. Tendo a dissolução do Conselho Nacional de Economia sido prevista pela Constituição votada pelo Congresso, não cabe discutir as elevadas razões que levaram o Poder Legislativo a prescindir desse valioso órgão auxiliar de suas atividades. Mas não se pode deixar de considerar que talvez, neste caso, se tenha adotado uma atitude deste Poder, se as condições para a discussão e votação do projeto constitucional não fossem tão restritivas.

22. Regimentalmente, cabe a esta Comissão a apreciação do relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Economia, já extinto desde 15 de março de corrente ano. Em documento desta natureza, manda a praxe legislativa que o parecer seja meramente enunciativo, o que esperamos ter alcançado, a despeito dos comentários que julgamos oportuno e inadiável tecer. Nada impede, porém, que, ao opinarmos pelo arquivamento do ofício, e a remessa do original da exposição à Biblioteca da Casa, consignemos nosso voto de louvor aos Conselheiros, técnicos e funcionários do Conselho, não só pelo valor intrínseco do documento, mas sobretudo pela importante contribuição que o Conselho Nacional de Economia deu ao País durante mais de 20 anos, e de que é prova este fundamentado Relatório.

Sala das Sessões, 12 de maio de maio de 1967. — *Carvalho Pinto*, Presidente — *Júlio Leite*, Relator — *José Ernirio* — *Mário Martins* — *Carlos Lindenberg* — *Duarte Filho*.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 49, de 1967 (n.º 1-B-6) na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 25.785.131,01, à Presidência da República e diversos Ministérios, projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no artigo

171, n.º III, do Regimento Interno, dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Este projeto foi incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no artigo 171, III, do Regimento Interno. Depende de parecer da Comissão de Finanças. O Relator designado é o Sr. Senador Carlos Lindenberg, a quem dou a palavra.

O SR. CARLOS LINDBENBERG:

(Lê o seguinte parecer) — Se, hon. Presidente, o presente Projeto, submetido à consideração do Congresso Nacional, na forma do art. 5.º, §§ 1.º e 2.º do Ato Institucional nº 2, tem por objetivo autorizar a abertura de créditos especiais, no montante de NCr\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo), destinados à regularização das contas de diversos Ministérios e Órgãos.

A Mensagem presidencial, que trouxe a matéria à deliberação do Legislativo, datada de 1.º de janeiro de 1967, está devidamente acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, onde são dadas as razões que determinaram e justificam os créditos solicitados.

Os créditos de que trata o Projeto, por seus totais estão assim distribuídos:

Presidência da República — NCr\$ 2.312.136,92

Ministério da Agricultura — NCr\$ 240.885,08

Ministério da Educação e Cultura — NCr\$ 2.308.160,00

Ministério da Fazenda — NCr\$ 671.438,53

Ministério da Justiça — NCr\$ 12.780,94

Ministério da Viação — NCr\$ 20.239.729,54

Não obstante haver sido suficientemente justificado, o Projeto colide com expressa determinação constitucional, (que além de prévia autorização legislativa, exige indicação de receita correspondente (Constituição Federal, art. 64, § 1.º, letra c)).

Devemos ainda assinalar que, com a Reforma Administrativa e consequente modificações em alguns Ministérios, necessária se faz nova distribuição dos créditos referidos.

Assim, como a exigência do prazo que nos é concedido torna impossível o pronunciamento dos órgãos interessados, sem o risco de vermos aprovada a matéria sem o pronunciamento desta Casa, solicitamos seja o Projeto submetido à Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Conhecido o parecer da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 49-67, ponho em discussão a matéria.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

NCr\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um cruzeiros e um centavo):

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

1) Para regularização de despesas efetuadas em 1963, na forma do § 1.º do art. 48.º do Código de Contabilidade da União, com o Grupo de Trabalho de Brasília (MF 417.102/63)	841.472,85
2) Para regularizar despesas com a liquidação de empréstimo feito pelo Banco do Brasil S.A. à extinta COFAP, para operações de abastecimento do Nordeste (MF 73.371/62)	1.470.661,07
	2.312.136,92

MINISTERIO DA AGRICULTURA

1) Para regularização de despesas com os flagelados do Município de Nanaque, em Minas Gerais, relativas a 1964 (MF 416.443/64)	180.000,00
2) Para pagamento de aluguel do imóvel de propriedade de Alfredo del Cima, situado na Estrada do Cabucu nº 516, em Campo Grande, Estado da Guanabara, ocupado por dependência do Serviço Florestal, no período de janeiro a dezembro de 1953 (MF 150.240/54 e MA 252-54)	20,40
3) Para pagamento de indenização a Mancel Pereira de Carvalho, por acidente no trabalho, nos termos do Decreto-Lei nº 7.036/44 alterado pelo de nº 7.527/45 e pela Lei nº 5.994/48, sendo NCr\$ 21,08 a título de indenização pela perda do antebraço e NCr\$ 25,00 para aquisição de um braço mecânico (MF 263.413/57 e MA 15.061/59)	46,08
4) Para desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, mediante acordo com o Ministério da Agricultura (MA 5.003/57, anexo ao MF 238.223/57)	30.000,00
5) Para aquisição de maquinaria, destinada à mecanização dos elementos básicos para observações meteorológicas codificadas (MA 26.896/57, anexo ao MF 238.223/57)	20.000,00
6) Cota da União correspondente ao exercício de 1957, para o acordo com o Estado de Minas Gerais, firmado em 1955, para o desenvolvimento da produção de pó calcário destinado a correção e fertilização do solo (MA 35.001/57, anexo ao MF 238.223/57)	5.000,00
7) Para pagamento a Ludwig Aeldert de indenização a que tem direito pela incorporação ao Patrimônio Nacional, da Fazenda de sua propriedade, denominada "Capão do Cipó", situada no Município de Castro, Estado do Paraná (MF 47.800/56, anexo ao MF 238.223/57)	1.186,42
8) Para pagamento de auxílio, correspondente ao exercício de 1956 à Escola Superior de Agricultura, de Lavras, Estado de Minas Gerais, concedido pela Lei nº 2.935/56 (MA 54.938/56, anexo ao MF 238.223/57)	2.500,00
9) Para pagamento, à Caixa de Crédito da Pesca, do Empréstimo feito ao Estado do Rio Grande do Sul, para prosseguimento da instalação do Empreendimento de Pesca do Rio Grande do Sul (MF 59.163/53)	2.000,00
10) Contribuição da União ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, na qualidade de empregadora, correspondente à Quinta, Sexta e Oitava Inspeções Regionais do Serviço de Proteção aos Índios, situados em Cuiabá e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, e Goiânia, Estado de Goiás (MA 36.503-56)	130,18
	240.885,08

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

1) Para regularização das despesas com a desapropriação dos bens que constituem o patrimônio da Fundação Gaffrê-Guinle, no Estado da Guanabara (MF 402.836/66)	600.000,00
2) Para regularização de despesas realizadas com manutenção, obras, instalações etc., relativas a 1959, do Restaurante Central dos Estudantes (MF 225.236/59)	35.160,00
3) Para atender a despesas com pessoal, inclusive salário-família, relativas a 1965, da Universidade Federal da Bahia (MF 278.311/65)	1.673.000,00
	2.308.160,00

MINISTERIO DA FAZENDA

1) Para ocorrer ao pagamento de custas judiciais relativas ao executivo fiscal movido contra Barbara S.A. — Fábrica de Cimento Portland (MF SC 193.583/64)	330,20
2) Para regularização de despesas efetuadas pela Administração do Edifício da Fazenda, em 1964, sendo: (MF 228.677/64)	
Serviços de Terceiros	6.000,00
Obras	12.000,00
	18.000,00
3) Para pagamento de serviços prestados pela Italcable, em março de 1965, concernente a um telegrama dirigido pelo Ministro da Fazenda ao Embaixador do Brasil em Roma (MF SC 78.812/65)	37,54
4) Para regularização da despesa decorrente do resgate antecipado do Empréstimo Público de Emergência (MF 112.699/66)	648.164,79
5) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela Regente Comércio de Máquinas Ltda. à Contadoria-Geral da República (MF SC 37.851/66)	1.900,00
6) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul à Contadoria-Geral da República (MF 184.829/66)	1.500,00
7) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela S.A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense (MF 184.829/66)	1.500,00
	671.438,53

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 49, DE 1967

(Nº 1-B/67 na Casa de origem)

Autoriza a abertura de créditos especiais num montante de NCr\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo) à Presidência da República e diversos Ministérios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e Órgãos a seguir discriminados, os créditos especiais no total de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

- 1) Para pagamento, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, de despesas médico-hospitalares oriundas de atendimento, pelo Pronto Socorro, daquele nascimento, dos dentes Rosalvo Leônicio Dias, Valdemir Ferreira Lima, Edmilson Alves da Silva, Antônio Decolindo da Silva e Antenor Lombardi, recolhidos ao Núcleo de Custódia do Brasília (MJNI 52.593/66) 15,45
- 2) Para pagamento, à Companhia Telefônica Nacional, de despesas referentes ao aparelho telefônico do Serviço de Assistência a Menores — Delegacia Regional do Paraná em novembro de 1959 (MJNI 53.416/63) 3,59
- 3) Para pagamento, ao Território Federal de Roraima, de despesas assim discriminadas, no exercício de 1935:

3.1.1.1 — Pessoal Civil

02.00 — Despesas variáveis com pessoal civil (MJNI 23.004/65)	1.530,03	
3.2.0.0 — Transferências Correntes		
3.2.0.0 — Contribuições de Previdência Social (MJNI 23.605/65)	11.261,09	12.791,90
		12.780,94

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- 1) Para regularização da despesa realizada nos termos do art. 48 do C.C.U., pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, no exercício de 1964 607.502,43
- 2) Para pagamento de serviços técnicos prestados pela firma Francobel S.A. no porto de Mucuripe (MVOP 9.111/62 — MF 259.830/65) 10.299,29
- 3) Para pagamento, ao Estado da Guanabara, de débito contraído pela Fábrica Nacional de Motores, relativo à taxa de água entre os anos de 1942 e 1947 (MVOP — 8.470/63 — MF 259.831/65) 2.422,01
- 4) Para reforço ao fundo de Marinha Mercante (MVOP — 25.880/62 — MF 259.832/65) 1.800.000,00
- 5) Para atender às despesas resultantes do Termo de Acórdão entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul (MVOP 8.851/62 — MF 343.085/61) 1.000.000,00
- 6) Para fazer face a obrigações financeiras de ordem salarial do Serviço de Navegação da Baía do Prata (MVOP 23.647/62 — MF 259.833/65) 53.773,20
- 7) Para regularização de entrega de numerário à Comissão de Marinha Mercante, como reforço dos duodécimos de fevereiro a maio da dotação orçamentária do exercício de 1962 (MVOP 35.832/62 — MF 259.834/65) 2.809.000,00
- 8) Para atender ao pagamento procedido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em favor de D. Eliza Vaz Lopes, decorrente da morte de animais de sua propriedade, por composições daquela Estrada (MVOP 14.771/62) 81,50
- 9) Para atender a despesas oriundas dos danos causados pelas inundações no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais (MVOP 45.233/61) 60.791,00
- 10) Para regularização do pagamento feito à Administração Marítima dos Estados Unidos da América, proveniente da aquisição de doze navios pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, correspondente à 6ª prestação e respectivos juros vencidos em 13-7-62 (MVOP 1.826/62 — MF 151.875/63) 530.444,57
- 11) Para pagamento, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões das Industriais, de débito contraído pelo Segundo Batalhão Rodoviário, em virtude da elevação dos níveis do salário-mínimo decorrente do Decreto nº 51.336, de 1961 (MVOP 16.287/63 — MF — SC 259.835/65) 823,36
- 12) Para regularização de despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, e que fazem jus funcionários do D.N.P.R.C. (MVOP 34.847/62 — MF 259.836/65) 17.000,00
- 13) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais e que fazem jus funcionários do D.N.P.R.C. (MVOP 29.892/62 — MF 111.125/62) 13.106,80
- 14) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente de gratificações pelo exercício em determinadas zonas ou locais, e que fazem jus funcionários do D.N.P.R.C. (MVOP 34.943/62 — MF 259.837/65) 0.000,00
- 15) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a que fazem jus funcionários do D.N.O.C.S. (MVOP 13.531/62 — MF — SC 259.838/65) 0.000,00
- 16) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a que fazem jus funcionários lotados no Serviço Agro-Industrial do D.N.O.C.S. (MVOP 31.944/62 — MF 259.839/65) 1.000,00
- 17) Para pagamento de indenização a Grigorij Grosjil, acidentado na Estrada de Ferro Santos a Jundiaí (MVOP 28.218/62) 10,00
- 18) Para atender aos pagamentos consequentes ao disposto no art. 1º do Decreto nº 50.841, de 24-3-61, em favor da Companhia Docas da Bahia (MVOP 6.410/62 — MF 259.845/65) 1.000,00
- 19) Para regularizar adiantamento concedido aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (MVOP 53.762/66) 1.000,00

20) Para regularizar adiantamento feito aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (MVOP 23.940/62)	65.677,94
21) Para regularização do adiantamento feito à Rede Ferroviária Federal S.A. destinado ao pagamento de trilhos e acessórios, conforme convênios assinados com a Polônia e Jugoslávia (MVOP 15.143/63 — MF 539.013/65)	9.773.133,33
22) Para pagamento de gratificação pelo exercício de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, ao pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (MVOP 12.757/63)	11.163,18
23) Para regularização do adiantamento feito à Estrada de Ferro Tocantins, destinado a atender às despesas decorrentes do enquadramento do pessoal amparado pelas Leis números 3.967-31 e 4.063-62 (MVOP — 1.363-63)	102.223,31
24) Para pagamento de despesas inadivels (aquisição de material) realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (MVOP 13.657-63 — MF 157.010-64)	461.700,00
25) Para regularização de despesa efetuada pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, com aumento de vencimentos concedidos pela Lei nº 4.242-63 (MVOP — 25.546-64)	2.505.303,97
26) Para regularização de despesa efetuada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, com aquisição de navios à Administração Marítima Americana (MVOP — 17.489-64)	598.953,35
27) Para pagamento de taxas portuárias que sejam efetuadas mediante abertura de crédito especial, conforme determinam os Decretos números 44.600-53 e 50.878-61 (MVOP 15.734-64)	87.448,06
28) Para regularização de despesas efetuadas no exercício de 1965, com o pagamento de ajuda de custo com a transferência do Segundo Batalhão Ferroviário (MF 105.747-65)	130.000,00
29) Para regularização da despesa referente ao débito apurado na Conta "Empréstimo E-4405" no Banco do Brasil S.A., levado a débito da conta de "Liquidação" do Tesouro Nacional por força da cláusula 6ª do contrato de 27-7-53, firmado entre o Banco do Brasil S.A. e a Cia. Camareira Viação Fluminense (MF 502.615-65)	60.708,89
Total	20.239.729,54
Total Geral	23.785.131,01

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1967 (nº 2-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESCO) e à Aço de Minas Gerais S. A. (AÇO-MINAS) — projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no artigo 171, nº III, do Regimento Interno, dependendo de pronunciamento dos Cordeiros de Projetos do Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura dos pareceres das Comissões de Projetos do Executivo, de Finanças e Constituição e Justiça que se acham sobre a mesa.

São lidos os seguintes:

Pareceres ns. 343, 344 e 345, de 1967

PARECER Nº 343, DE 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1967 (nº 2-B-67 — Câmara), que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina (SIDESCO) e à Aço de Minas Gerais S. A. (AÇO-MINAS).

Relator: Senador Carlo Lindenberg.

O Projeto ora submetido a nossa consideração decorreu de solicitação

do então Presidente Castello Branco e tem por escopo conceder isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS) à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESCO) e à Aço de Minas Gerais S. A. (AÇO-MINAS).

Ao justificar a medida proposta acentuou o Sr. Ministro da Fazenda que:

"A concessão da isenção em referência figura-se necessária pelo prazo de 2 anos a vista das correções a que foram submetidas, por vários motivos, as programáticas iniciais e em razão de projetos adicionais destinados à elevação da capacidade instalada."

O projeto foi devidamente estudado pelas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, tendo recebido inclusive emendas. Através dessas alterações foram incluídas no elenco das Companhias beneficiadas a Siderúrgica de Santa Catarina e a SIDESCO, e a Aço de Minas Gerais S. A. (AÇO-MINAS).

Ressalta, do exposto, tratar-se de estímulo fiscal, que visa a incrementar as referidas Companhias Siderúrgicas em fase de implantação. Não é necessário se torna encarecer a importância da siderurgia para o desenvolvimento do país.

A Comissão, "a mérito" não teria dúvidas em aprovar o projeto; entretanto, a matéria prima tem suscitado dúvidas sobre o aspecto constitucional, visto que o § 2º do art. 20, da nova Lei Maior, prescreve que:

"§ 2º A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais."

Isto posto, opinamos no sentido de ser ouvida a devida Comissão de Co-

tituição e Justiça sobre a constituição da Comissão do projeto.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1967. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Clodomir Millet. — Antonio Carlos. — Paulo Torres. — Petrólio Portela.

PARECER N.º 344, DE 1967

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1967 (n.º 2-B-67, na Casa de origem), que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC) e a Aço de Minas Gerais S. A. (ACOMINAS).

Relator: Senador Fernando Corrêa.

Na forma do art. 5.º, §§ 1.º e 2.º do Ato Institucional n.º 2, de 24 de outubro de 1965, o Senhor Presidente da República enviou a Congresso Nacional o presente projeto de Lei que isenta os tributos das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC) e a Aço Minas Gerais S. A. (ACOMINAS), situadas nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina.

Antes de nos manifestarmos sobre as implicações financeiras que a matéria envolve, achamos conveniente ouvir a Douta Comissão de Constituição e Justiça, em face do disposto no § 2.º do art. 20 da Constituição Federal que diz:

Art. 20

§ 2.º A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais.

E' o nosso parecer.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1967. — João Ceolias, Presidente eventual. — Fernando Corrêa, Relator. — Oscar Passos. — Pessoa de Queiroz. — Clodomir Millet. — Bezerra Neto. — José Leite. — José Ermírio. — Petrólio Portela.

PARECER N.º 345, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1967 (Projeto de Lei n.º 2-B-67 — Câmara), que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC) e a Aço de Minas Gerais S. A. (ACOMINAS).

Relator: Senador Antônio Balbino.

1. Através mensagem regular, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 6 de março do corrente ano, projeto de lei concedendo a Usinas Siderúrgicas, cujo controle acionário é do Poder Público, isenção do imposto de importação; do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro para os seus equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material refratário e estruturas metálicas importados para sua instalação e montagem.

2. A matéria foi cumpridamente apreciada e aprovada na Câmara dos Deputados.

3. Chegando ao Senado e distribuída à Comissão de Finanças, entendeu este órgão técnico, por solicitação do seu ilustre Relator, Senador Fernando Corrêa, ouvir a Comissão de Constituição e Justiça "em face do disposto no parágrafo 2º do artigo 20 da Constituição Federal".

4. O § 2º do artigo 20 da Constituição está assim redigido:

"§ 2º. A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais."

5. O artigo sobre-mencionado diz respeito à competência atribuída à União, pela primeira vez, em nossa estrutura constitucional de — atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional — conceder por lei de sua iniciativa, isenção de impostos, além dos de sua competência, estaduais e municipais. Nestas circunstâncias, no entanto, a isenção terá que ser concedida por lei complementar.

6. Até então o nosso sistema constitucional não permitia, em hipótese alguma, que uma entidade de direito público interno pudesse interferir no quadro tributário da outra para decretar isenções. Cada uma — União, Estado ou Município — guardava a competência exclusiva de exercer a faculdade de isentar ou estabelecer imunidades fiscais, no quadro de sua própria competência de tributar.

A regra perdura. A União pode estabelecer as isenções que entender sobre quaisquer dos tributos (impostos, taxas ou contribuições) que integram a sua competência; o Estado e o Município, cada um em relação aos tributos que lhe são, constitucionalmente, deferidos, podem fazer o mesmo. E tudo, por meio de lei ordinária.

A União, porém, agora, ficou armada do poder excepcional de "conceder isenções" de impostos estaduais e municipais.

E a competência que lhe confere o § 2º do artigo 20 da Constituição.

E que deve ser entendida assim:

a) é uma competência extraordinária que só poderá ser exercida por meio de lei complementar;

b) é uma competência de caráter excepcional que deve ser fundamentada em "relevante interesse social ou econômico nacional";

c) é uma competência que, pelas razões que a inspiram, não poderá ser exercida apenas quanto a impostos de uma entidade de direito público interno de determinado grau ou hierarquia e não o ser quanto aos de outra, isto é, não pode ser concedida a isenção quanto aos impostos estaduais e municipais, sem que a União o faça em relação aos seus próprios impostos;

d) é uma competência que se limita aos "impostos" e não aos "tributos", isto é, não compreende as taxas nem as contribuições.

7. Na hipótese da consulta da douta Comissão de Finanças, não há — no entanto — razão para invocar o § 2º do artigo 20 da Constituição Federal.

No projeto em exame a União não está concedendo isenção de impostos estaduais ou municipais. O de que se cogita, aí, é de isenção de impostos e taxas de seu próprio quadro tributário, definidos no inciso II do artigo 19, e nos incisos I e V do artigo 22 da Constituição vigente.

E quanto a estes, a regra constitucional é que o poder de tributar envolve o poder de isentar. E assim como competência de tributar se exerce através de lei ordinária, é intuitivo que a facilidade de isentar pode ser usada por norma legal da mesma categoria. Não há, no texto constitucional, qualquer dispositivo que se contraponha a tal entendimento. O projeto de lei da Câmara n.º 32, de 1967, resultante da mensagem do Executivo, está, pois, imune de contra-indicação de natureza constitucional e pode ter a sua tramitação regularmente processada, desde que, quanto ao seu mérito, a Comissão competente não encontre embaraços que lhe possam embargar a aprovação.

8. É como nos parece deva ser respondida a consulta formulada pela Comissão de Finanças, reiterando, aliás, interpretação já firmada, neste cenáculo, em questão semelhante, formulada por iniciativa do senhor Senador Clodomir Millet, que, aqui, também, tivemos a honra de relatar.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Antônio Balbino, Relator. — Wilson Gonçalves. — Ruy Palmeira. — Aloysio de Carvalho. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Este projeto foi também incluído em Ordem do Dia por força do disposto no artigo 171, item III.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, em princípio, foram favoráveis, pedindo, entretanto, à Comissão de Constituição e Justiça que se manifestasse a respeito, concluindo esta por afirmar que não há, no texto, qualquer dispositivo que à matéria se contraponha.

Portanto, atendida esta providência, o Sr. Senador Carlos Lindenberg relatará o projeto em nome da Comissão de Projetos do Executivo, e o Sr. José Ermírio o fará em nome da Comissão de Finanças.

Tem a palavra o Sr. Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDEMBERG:

(Lê o seguinte parecer) — Sr. Presidente, tendo sido considerado constitucional e jurídico, pela Comissão de Justiça desta Casa, volta ao exame deste órgão técnico o Projeto de Lei da Câmara número 51, de 1967, que concede pelo prazo de dois anos, isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro aos equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material refratário e estruturas metálicas importadas para instalação e montagem das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS); Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA); Companhia Ferro e Aço de Vitória; Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC); e Aço de Minas Gerais S. A. (ACOMINAS).

O projeto estabelece, ainda, que a isenção não abrange os produtos com similar nacional, mas envolve os bens já importados e despachados nas repartições aduaneiras mediante termo de responsabilidade.

A isenção referida nos artigos 1º e 2º só se tornará efetiva depois de publicada no Diário Oficial da União a relação dos bens objeto de isenção, mencionados os números das respectivas licenças de importação, a natureza, procedência, valor e quaisquer outros dados tidos como de interesse.

A proposição, que é de iniciativa do Poder Executivo, está justificada em Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda, onde são realçados os seguintes aspectos:

"Trata-se de estímulo fiscal que beneficiará os projetos da indústria siderúrgica em processo de implantação pelas empresas: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A., Companhia Siderúrgica Paulista e Companhia Ferro e Aço de Vitória.

3. A prorrogação da isenção em referência afigura-se necessária pelo prazo de 2 (dois) anos, a vista das correlações a que foram submetidos, por vários motivos, os cronogramas iniciais e em razão de projetos adicionais destinados à elevação da capacidade instalada".

Assim, à vista das razões apresentadas em favor da medida consubs-

tanciada no projeto, a qual é caracterizada como providência de interesse econômico nacional, damos o nosso acolhimento à mesma, opinando pela aprovação do projeto.

E' o parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, para relatar, em nome da Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto volta à nossa consideração em decorrência do parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça a qual em resposta a consulta por nós formulada considerou-o "Imune de contra-indicação de natureza constitucional" e quanto ao mérito "não encontrou embaraços que lhe possa embargar a aprovação".

A matéria tinha sido enviada àquela ilustre Comissão Técnica face a dúvidas suscitadas ante o disposto no parágrafo segundo do artigo 20 da Constituição Federal.

A Comissão já havia, em parecer anterior da lavra do Senador Carlos Lindenberg, se alongado no estudo da proposição, tendo, inclusive, antecipado que "de meritis" não teria dúvida em aprová-lo".

Ante o exposto e tendo em vista os propósitos do projeto que visa a incrementar nossa Siderurgia em fase de desenvolvimento, carecedora, portanto, do amparo, manifestamos favoravelmente ao projeto.

Este é o parecer da Comissão de Finanças, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Como vimos, os pareceres das Comissões de Projetos do Executivo, de Finanças e de Constituição e Justiça, são favoráveis ao projeto.

Em discussão o projeto (Pausa). — Se nenhum dos Srs. Senadores manifestar-se, vou encerrar a discussão (Pausa).

Encerrada.

Passa-se à votação, que se fará por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar (Pausa).

Votaram, sim, 29 Srs. Senadores; votaram não 4 Srs. Senadores.

Não houve "quorum".

Vai-se proceder à chamada.

(Procede-se à chamada).

RESPONDEM A CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Clóvis Maia
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Sebastião Archer
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Manoel Villaca
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondin
José Ermírio
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Milton Campos
Carvalho Pinto
João Abrahão
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Melo Braga

Celso Ramos
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há número para a votação, que será renovada.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o projeto que consta da pauta concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC) e à Aço de Minas Gerais S.A. (ACOMINAS). Esse projeto foi incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no Art. 171, n.º III, do Regimento Interno, dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças. Sr. Presidente, verifico que, no elenco das empresas beneficiárias, está a Companhia Ferro e Aço de Vitória. Seria, pois, estranhável que, representante daquele Estado, não aproveitasse a oportunidade para exaltar a conduta governamental bem como o papel preponderante que aquela empresa vem desempenhando em favor da economia nacional. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa). Vai-se passar à apuração. (Pausa). Votaram "sim" 28 senhores Senadores, "não" 4, ocorrendo 1 abstenção.

Não se verificou, ainda, o quorum regimental.

A matéria fica adiada para a próxima sessão.

Passa-se ao item n.º 5 da Ordem do Dia.

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1967 (n.º 4-B, de 1967, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Projeto incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, n.º III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Sobre a mesa os pareceres das Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes:

Pareceres ns. 346 e 347, de 1967

PARECER Nº 346, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1967 (n.º 4-B, de 1967, na Casa de origem), que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Oscar Passos

Na forma do art. 5.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Ato Institucional n.º 2, de 1965, o Sr. Presidente da República, com a Mensagem n.º 168, de 1967, submete ao exame do Congresso Na-

cional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda, projeto de lei que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Certificado de Cobertura Cambial n.º 29-65/19.

A proposição esclarece, ainda, que a isenção não abrange a taxa de previdência social, nem se aplica aos materiais com similar nacional.

A matéria, como se vê, está relacionada com o preceituado no art. 20, § 2.º, da Constituição Federal, que exige lei complementar para providência dessa natureza.

Assim, verificando-se que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados se manifestou apenas sob o aspecto da iniciativa — conforme se lê no avulso anexo — julgamos conveniente seja, antes, ouvida a douta Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa, sobre a juridicidade e constitucionalidade do projeto, principalmente no que tange à disposição do art. 20, § 2.º, da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente — *Oscar Passos*, Relator — *Manoel Villaga* — *Carvalho Pinto* — *Clodomir Millet* — *Bezerra Neto* — *Carlos Lindenberg* — *Lino de Mattos* — *José Leite* — *José Ermirio* — *Fernando Corrêa* — *João Cleoas* — *Mem de Sá*.

PARECER Nº 347, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1967 (Projeto de Lei n.º 4-B-67 na Câmara), que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Eurico Rezende.

1. A consulta feita pela Comissão de Finanças ao aprovar o parecer preliminar do Senador Oscar Passos apresentado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 52 (n.º 4-B-67 na Câmara), que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência" com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul já foi atendido pelo parecer do Senador Antônio Balbino ao Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1967, que em resumo, assim se pronunciou:

"2. A matéria foi cumpridamente apreciada e a provada na Câmara dos Deputados.

3. Chegando ao Senado e distribuída à Comissão de Finanças entendeu este órgão técnico, por solicitação do seu ilustre Relator, Senador Fernando Corrêa, ouvir a Comissão de Constituição e Justiça "em face do disposto no parágrafo 2º do artigo 20 da Constituição Federal".

4. O § 2º do artigo 20 da Constituição está assim redigido:

"§ 2º A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais".

5. O artigo sobre mencionado diz respeito à competência atribuída à União, pela primeira vez, em nossa estrutura constitucional de — atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional — conceder, por lei de sua iniciativa, isenção de impostos, além dos de sua competência estaduais e municipais. Nestas circunstâncias, no entanto, a isenção terá que ser concedida por lei complementar.

6. Até então o nosso sistema constitucional não permitia, em hipótese alguma, que uma entidade de di-

reito público interno pudesse interferir no quadro tributário da outra para decretar isenções. Cada uma — União, Estado ou Município — guardava a competência exclusiva de exercer a faculdade de isentar ou estabelecer imunidades fiscais no quadro de sua própria competência de tributar.

A regra perdura. A União pode estabelecer as isenções que entender sobre qualquer dos tributos (impostos, taxas ou contribuições) que integram a sua competência; o Estado, e o Município, cada um em relação aos tributos que lhe são, constitucionalmente deferidos, podem fazer o mesmo. E tudo, por meio de lei ordinária.

A União porém, agora ficou armada do poder excepcional de "conceder isenções" de impostos estaduais e municipais.

E a competência que lhe confere o § 2º do artigo 20 da Constituição.

E que deve ser entendida assim:

a) é uma competência extraordinária que só poderá ser exercida por meio de lei complementar;

b) é uma competência de caráter excepcional que deve ser fundamentada em "relevante interesse social ou econômico nacional";

c) é uma competência que pelas razões que a inspiram, não poderá ser exercida apenas quanto a impostos de uma entidade de direito público interno de determinado grau ou hierarquia e não o ser quanto aos de outra; isto é, não pode ser concedida a isenção quanto aos impostos estaduais e municipais, sem que a União o faça em relação aos seus próprios impostos;

d) é uma competência que se limita aos "impostos" e não aos "tributos", isto é, não compreende as taxas nem as contribuições.

7. Na hipótese da consulta da douta Comissão de Finanças não há — no entanto — razão para invocar o § 2º do artigo 20 da Constituição Federal.

No projeto em exame a União não está concedendo isenção de impostos estaduais ou municipais. O de que se cogita, aí, é de isenção de impostos e taxas de seu próprio quadro, tributário, definidos no inciso II do artigo 19, e nos incisos I e V do artigo 22 da Constituição vigente.

E quanto a estes a regra constitucional é que o poder de tributar envolve o poder de isentar. E assim como competência de tributar se exerce através lei ordinária, é intuitivo que a faculdade de isentar pode ser usada por norma legal da mesma categoria. Não há no texto constitucional, qualquer dispositivo que se contraponha a tal entendimento. O projeto de lei da Câmara n.º 32, de 1967, resultante da mensagem do executivo, está, pois, imune de contra-indicação de natureza constitucional e pode ter sua tramitação regularmente processada, desde que, quanto ao seu mérito, a Comissão competente não encontre embaraços que lhe possam embargar a aprovação.

8. É como nos parece deva ser respondida a consulta formulada pela Comissão de Finanças, reiterando, aliás interpretação já firmada neste cenáculo, em questão semelhante, formulada por iniciativa do senhor Senador Clodomir Millet, que aqui, também, tivemos a honra de relatar.

2. A vista do exposto, fica dessa forma consignado o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça relativamente ao presente Projeto.

Sala das Comissões 17 de maio de 1967. — *Milton Campos*, Presidente — *Eurico Rezende*, Relator — *Carlos Lindenberg* — *Ruy Palmera* — *Antônio Balbino* — *Wilson Gonçalves*.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Conhecido o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, solicito o pa-

recer da Comissão de Finanças quanto ao mérito do projeto.

Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDENBERG:

(Lê o seguinte parecer).

O Projeto de Lei, sob exame, crianda da Mensagem número 168-67, do Sr. Presidente da República, visa a conceder isenção de impostos para importação de equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Certificado de Cobertura Cambial n.º 29-65/19.

A isenção, de acordo com o artigo 2º da proposição, não abrange a taxa de previdência social e não se aplica aos materiais com similar na indústria nacional.

Respondendo a consulta sobre a disposição do artigo 20, parágrafo 2º, da Constituição Federal, formulada por esta Comissão em Parecer preliminar do ilustre Senador Oscar Passos a Comissão de Constituição e Justiça, declarando o presente projeto constitucional e jurídico, assim se expressou:

"Na hipótese da consulta da douta Comissão de Finanças, não há — no entanto — razão para invocar o parágrafo 2º do artigo 20 da Constituição Federal.

No projeto em exame a União não está concedendo isenção de impostos estaduais ou municipais. O de que se cogita, aí, é de isenção de impostos e taxas de seu próprio quadro, tributário, definidas no inciso II do artigo 19, e nos incisos I e V do artigo 22 da Constituição vigente.

E quanto a estes, a regra constitucional é que o poder de tributar envolve o poder de isentar. E assim como competência de tributar se exerce através de lei ordinária, é intuitivo que a faculdade de isentar pode ser usada por norma legal da mesma categoria. Não há, no texto constitucional, qualquer dispositivo que se contraponha a tal entendimento. O projeto de lei da Câmara número 32, de 1967, resultante da Mensagem do Executivo, está, pois, imune de contra-indicação de natureza constitucional e pode ter a sua tramitação regularmente processada, desde que, quanto ao seu mérito, a Comissão competente não encontre embaraços que lhe possam embargar a aprovação".

Quanto ao mérito, entendemos que as importações isoladas de aparelhos destinados a atender à demanda expansionista de redes telefônicas existentes, encontram apoio no legítimo interesse da coletividade, sem trazer prejuízo à consolidação da nossa incipiente indústria de telecomunicações, desde que não exista a similar de produção nacional. Ora, no caso em apreço, o Conselho Nacional de Telecomunicações e o Conselho de Política Aduaneira, conforme consta da Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, anexada à Mensagem, nada tem a opor ao pretendido, pois, ainda não se fabricam no Brasil equipamentos do tipo que a Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência" pretende importar.

Diante do exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em discussão o Projeto de Lei. (Palmus).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica transferida, por falta de quorum na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 54, de 1967 (nº 6-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil, quatrocentos e trêze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de anuidades de prédios locados as Editorias Federais do Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul, tendo parecer favorável, sob número 303, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica transferida, por falta de quorum na sessão de hoje.

O SENHOR PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 55, de 1967 (nº 33-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências, tendo pareceres sob nºs 333 e 334, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável, com emendas que oferece de ns. 1 e 2 CPE; de Finanças, favorável.

Em discussão. (Pausa). Se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa). Está encerrada. A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum.

O SENHOR PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 8:

Discussão, em primeiro turno, no Projeto de Lei do Senado número 16, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que altera o dia comemorativo de Ação de Graças, tendo pareceres sob ns. 329 e 330, de 1967 das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Em discussão. (Pausa). Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir-lo, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa). Está encerrada. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Duarte Filho. (Pausa). S. Exa. desiste da palavra. Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi. (Pausa). S. Exa. desiste da palavra. Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende. (Pausa). S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres. (Pausa). S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. (Pausa). S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Fernando Corrêa. (Pausa). S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Domício Gondim. (Pausa). S. Exa. desiste da palavra. Esgotada a lista dos oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso está convocado para hoje, às 21 horas.

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

(Sessão Ordinária)

31 de maio de 1967

(Quarta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 51, de 1967 (nº 2-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC) e à Aço de Minas Gerais S. A. (AÇOMINAS) — projeto incluído em Ordem do Dia, em virtude do disposto no artigo 171, número III, do Regimento Interno, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças.

(Proferidos na sessão anterior).

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 52, de 1967 (nº 4-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramentos e Resistência" com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Projeto incluído em Ordem do Dia, em virtude do disposto no artigo 171, número III, do Regimento Interno), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

(Proferidos na sessão anterior).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 54, de 1967 (nº 6-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de créditos especiais num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil, quatrocentos e trêze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de aluguéis de prédios locados às Exatarias Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul, tendo parecer favorável, sob número 303, de 1967, da Comissão de Finanças.

4

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número

55, de 1967 (nº 33-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contratação de pessoal técnico, especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências, tendo pareceres, sob números 333 e 334, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável, com emendas que oferece de números 1 e 2—CPE; de Finanças, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 16, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que altera o dia comemorativo de Ação de Graças, tendo pareceres favoráveis sob números 329 e 330, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

6

Votação, em turno único do requerimento número 480, de 1967, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando urgência, no sentido do artigo 336, número 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado número 29, de 1967, que altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 24, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 5-67 na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-Lei número 322, de 7 de abril de 1967, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 171, número III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

8

Redação Final

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 340, de 1967, do Projeto da Lei da Câmara número 53, de 1967 (número 5-B-67, na Casa de origem), que retifica número de certificado cambial constante do artigo 1º da Lei número 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica.

9

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 341, de 1967, do Projeto de Resolução número 50, de 1967, de autoria da Comissão de Finanças, que autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar operação de financiamento para contratação de elaboração do Estudo Econômico Financeiro e Pré-Projeto de Engenharia do Metrô daquela Capital.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução número 38, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos vagos

de Auxiliar-Legislativo, candidatos habilitados em concurso público, tendo parecer favorável sob número 322, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça (audiência solicitada em requerimento número 291-67 do Senador Aloysio Carvalho).

11

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 7, de 1967, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que regula a execução do disposto no artigo 16, parágrafo 2º, da Constituição Federal (projeto aprovado, com emendas, em primeiro turno, na sessão de 24 de maio de 1967), tendo parecer, sob número 342, de 1967, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido para segundo turno.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 102, de 1963 (nº 418-B-59, na Casa de origem) que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências, tendo pareceres sob números 1.233, 1.234 e 1.235, de 1965 e 170 e 323 de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece sob número 100J; (Voto em separado do Senador Bezerra Neto) — de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça número 1—CCJ; de Serviço Público Civil — primeiro pronunciamento: pela audiência do Tribunal Superior do Trabalho; segundo pronunciamento — pela rejeição (diligência dispensada); de Finanças — favorável à emenda da Comissão de Constituição e Justiça número 1—CCJ e oferecendo a de nº 2—DF.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 32, de 1967 (nº 1.879-B-64 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 910.388,66 (novecentos e dez mil trezentos e oitenta e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da lei número 4.242, de julho de 1963, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal, tendo pareceres sob números 202, e 331, de 1967, das Comissões de Finanças, favorável; de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece sob número 1—CCJ. (audiência solicitada em Requerimento número 293, de 1967 do Sr. Senador Eurico Rezende).

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 57, de 1967 (nº 31-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob número 332, de 1967, da Comissão de Projetos do Executivo, com emendas que oferece de números 1 a 3—CPE.

O SR. PRESIDENTE (Guído Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 30 minutos).

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cateete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- rinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE)

Eurico Rezende — (ARENA ES)

DA ARENA

Lider — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Lider — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Lino de Matos — (SP)

Manoel Vilaca — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

José Feliciano

Atílio Fontana

Ney Braga

Leandro Maciel

João Cleophas

Benedicto Valladares

Teotônio Vilela

Adolpho Franco

Júlio Leite

Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio

Aurelio Vianna

Marios Martins

Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Milton Campos

Vasconcellos Torres

Antonio Carlos

Daniel Krieger

Moysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Eurico Rezende

Alvaro Maia

Wilson Gonçalves

Lobao da Silveira

Petronio Portela

José Feliciano

Carlos Lindenberg

Menezes Pimentel

Rui Palmeira

Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino

Aarão Steimbruch

Bezerra Neto

Aurelio Vianna

Josaphat Marinho

Mario Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

José Feliciano

Benedicto Valladares

Lobao da Silveira

Adolpho Franco

Petronio Portela

Arnou de Melo

Eurico Rezende

José Leite

Atílio Fontana

Mello Braga

MDB

João Abrahão

Adalberto Senna

Aurelio Vianna

Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Carvalho Pinto

José Leite

Carlos Lindenberg

João Cleophas

Júlio Leite

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Sigefredo Pacheco

Domício Gondim

Filinto Müller

Leandro Maciel

Paulo Torres

MDB

Mário Martins

José Ermirio

Pedro Ludovico

Josaphat Marinho

Lino de Mattos

João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Menezes Pimentel

Benedicto Valladares

Mem de Sa

Antonio Carlos

Alvaro Maia

Sigefredo Pacheco

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Aloysio de Carvalho

Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna

Antonio Balbino

Lino de Mattos

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

João Cleophas

Antonio Carlos

Mem de Sa

José Guionard

José Leite

Daniel Krieger

Leandro Maciel

Petronio Portela

Manoel Vilaca

Atílio Fontana

Clodomir Millet

Júlio Leite

Adolpho Franco

Mello Braga

Sigefredo Pacheco

Carlos Lindenberg

Paulo Sarasate

Celso Ramos

Carvalho Pinto

Teotônio Vilela

Fernando Corrêa

Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo

Josaphat Marinho

Bezerra Neto

José Ermirio

Oscar Passos

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Ney Braga

Júlio Leite

Atílio Fontana

José Cândido

Adolpho Franco

Rui Palmeira

Domício Gondim

Arnou de Melo

João Cleophas

Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino

Pessoa de Queiroz

José Ermirio

Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Fôrres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Tóris
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Fôrres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Arraio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José GuilomardJosé Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio FontansJosé Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**Lino de Mattos
Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

Arthur Virgílio

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro MalaLobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Vello
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

Oscar Passos

PREÇO DESTA NÚMERO, NCr8 0,01